

O papel da maternidade no comportamento disruptivo de mulheres em situação de reclusão

(Versão final após defesa)

Bruna Filipa Esteves Pinto

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Diamantino José Figueiredo dos Santos
Coorientador: Prof. Doutor Manuel Joaquim da Silva Loureiro

julho de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Bruna Filipa Esteves Pinto, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11437 do 2º ciclo em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 21/07/2023

Bruna Filipa Esteves Pinto

Dedicatória

À Cristina, minha mãe, pela lucidez e perspicácia, mas principalmente pelo amor incondicional que teima em não diminuir de intensidade.

Ao Jorge, meu pai, pela garra desmedida e genuinidade que mantém. Se aqui cheguei, precisei de ombros fortes que me sustentassem e foram os teus.

Ao Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino, que é a primeira realidade de muitas crianças e que se esforça diariamente para a tornar o mais colorida possível.

Agradecimentos

Poucas são as certezas que tenho, mas uma delas e a principal é de que nada se é sem os outros. As conquistas e o crescimento não têm o mesmo sabor se não os festejarmos com alguém. As dificuldades e angústias pesam muito quando não partilhadas. “Entender que precisamos dos outros não é uma fragilidade, é uma sorte, um avanço que ganhamos contra o tempo”, como diz o Bruno Nogueira. Deste modo é assim que encaro esta vitória. Esta dissertação não é só minha, mas sim de um coletivo de pessoas que mesmo na ausência da minha presença não se fizeram desaparecer. É nossa. Daí lhes dedicar algumas palavras de gratidão:

Ao professor Diamantino Santos, pela disponibilidade, apoio, motivação e fé incondicionais, embrulhados sempre em humor e boa disposição. Principalmente, pelas palavras certas capazes de aliviar e acalmar todas as minhas ansiedades. Se o barco chegou a bom porto, deve-se a si;

Aos meus pais, Cristina e Jorge, que se desmultiplicam diariamente para me proporcionarem a melhor educação possível, dando-me o luxo de errar e de saltar mesmo sem saber de que é feito o chão;

Aos meus avós Ana e Leonel, aos meus padrinhos Licínia e Jorge e aos meus primos Cláudia e Tomás por sempre acreditarem em mim, mesmo quando a esperança me faltava, mas principalmente pela compreensão e litros de amor incondicional. A toda a minha família pelas palavras de apoio e incentivo;

À Bárbara Flores, a amiga que fita o sangue, que por tudo e apesar de tudo se mantém e teima em continuar presente. Obrigada pelo apoio, por acreditares e por me motivares. Tornas-me melhor pessoa. Não sei o rumo que a nossa vida poderá levar, mas crescer ao teu lado, ao longo destes 5 anos, tem sido um prazer. Esta também é tua;

Ao Eduardo, à Bárbara e à Cátia, que me acompanham há muitos anos e continuam a fazê-lo. Foram o sinónimo de companheirismo e claqué;

À Joana, ao Bruno e à Hugo por levarem o mote da nossa amizade a sério – “partilhar tristezas e multiplicar felicidade” e por tornarem tudo isto mais leve. Se houve boias no meio da tempestade que foram estes dois anos, foram vocês;

À Inês Branco que apesar da distância se faz sentir presente, sem nunca me largar a mão. Tornas os meus dias mais alegres e coloridos;

À Sofia e à Marta, pela energia e felicidade caótica que trazem à minha vida e por não terem visto a fragilidade como fraqueza;

Às minhas madrinhas e amigas Jéssica Serra, Rute Pepio e Carlota Inês, que quando nos conhecemos eram apenas umas estudantes e atualmente são umas excelentes profissionais. Obrigada por ao longo destes anos me continuarem a acompanhar e apoiar de longe, estando sempre disponíveis para validar as minhas dúvidas e crises;

Aos meus primeiros amigos da cidade neve, Sofia Moreira, Sabrina Aparício e Miguel Albardeiro, que me acolheram de braços abertos e me ensinaram sem saberem como fazer uma dissertação. Se me integrei bem nesta cidade que me acolheu e se tudo “deu certo”, deveu-se muito a vocês;

Aos meus professores António Canoso e Teresa Sanches por serem exemplos de resiliência, por me ensinarem que há beleza nas dificuldades das conquistas;

Por acreditar que ninguém substitui ninguém, gostava de agradecer a todos os professores, colegas e amigos com quem me fui cruzando ao longo destes 5 anos. Um obrigado gigante à Isa por ser a minha fiel companheira ao longo destes 5 anos, mas também à Cris, à Tinto, à Guida, à Filipa, à Mariana, à Beatriz Oliveira e aos outros todos que aqui não cabem. Tornaram tudo melhor.

Ao Estabelecimento Prisional Santa Cruz Feminino, principalmente um obrigado enorme à Dra. Carlota Castro pela hospitalidade e por ter tornado o impossível em possível. Um grande agradecimento a todas as mulheres que colaboraram enviando-lhes doses de esperança e força por um futuro melhor e mais risonho.

Por fim, um obrigado à Universidade da Beira interior e à Covilhã, que me receberam de braços abertos e me deram a liberdade de errar, crescer e viver. Não vos trocava por nada.

Resumo

A maternidade na prisão continua a ser um tema pouco explorado, apesar do interesse gradual que se verifica. Desta forma, torna-se necessário compreender o impacto da mesma ao longo da reclusão, principalmente no padrão de comportamentos. Seguindo esta lógica, o presente estudo tem como objetivos analisar o impacto que a maternidade tem no comportamento disruptivo de reclusas mães de um estabelecimento prisional português quando comparadas com reclusas que não são mães. Pretende-se, também, perceber quais as dificuldades sentidas na prática do papel maternal tendo em conta as especificidades do contexto, nomeadamente para reclusas que têm filhos/as no exterior. Este estudo conta com 27 mulheres em reclusão no EP de Santa Cruz do Bispo, que foram distribuídas em três grupos: Grupo 1 (n = 8) é formado por reclusas acompanhadas pelos/as filhos/as dentro do EP; o Grupo 2 (n = 10) é constituído por reclusas mães com filhos/as no exterior; e o Grupo 3 (n = 9) é formado por reclusas que não são mães. Foi planeado um protocolo que incluía um questionário sociodemográfico, uma entrevista semiestruturada adaptada à situação em que a reclusa se encontrava (mãe ou não e se acompanhada ou não pela criança), e três instrumentos de avaliação psicológica SQIFA, 23 QVS e Escala de Baixo Autocontrolo, com o propósito de perceber se se verificavam diferenças significativas entre grupos. Os resultados vão de acordo à literatura existente, uma vez que as reclusas mães apresentam sentimentos de culpa e tristeza face à situação em que estão e em que colocam os/as seus/suas filhos/as. Demonstraram também, várias motivações para a sua decisão de permanência ou não dos/as filhos/as no EP. Quanto aos níveis stress e ansiedade não revelaram diferenças estatisticamente significativas, contrariamente ao que se verificou quanto ao número de ocorrências disciplinares e sua gravidade. Reclusas com filhos/as no exterior e reclusas sem filhos apresentam maior frequência de ocorrências e de maior gravidade. Foram, por fim apontadas limitações e sugestões a ter em conta não só para investigações futuras como a nível estrutural.

Palavras-chave:

Maternidade, Reclusas, Reclusão, Psicologia.

Abstract

Maternity in prison remains an underexplored topic, despite the gradual interest that is being seen. It is necessary to understand the impact of motherhood in female inmates, mainly in behavior conducts. Following this logic, the present study aims to analyze the impact that motherhood has on disruptive behavior of inmates that are mothers in a Portuguese prison when compared to inmates who are not mothers. It is also intended to understand the difficulties experienced in the practice of maternal role, considering the specificities of the context, especially for inmates who have children abroad. This study includes 27 women in Santa Cruz do Bispo prison, who were divided into three groups: Group 1 (n = 8) is formed by inmates accompanied by their children inside the EP; Group 2 (n = 10) is made up of inmate mothers with children abroad; and Group 3 (n = 9) is formed by inmates who are not mothers. A protocol was planned and included a sociodemographic questionnaire, a semi-structured interview adapted to the situation in which the inmate was (mother or not and whether accompanied by child), and three psychological assessment instruments SQIFA, 23 QVS and Low Self-Control Scale, with the aim of perceiving whether there were significant differences. The results are in line with the existing literature, since inmate mothers have feelings of guilt and sadness in the face of the situation they are in and in which they place their children. These inmates also demonstrated several motivations for their decision whether to have their children in prison or not. As for stress and anxiety levels, they did not reveal statistically significant differences, contrary to what was verified in terms of the number of disciplinary occurrences and their severity. Prisoners with children abroad and female inmates without children have a higher frequency of occurrences and more serious ones. Limitations and suggestions to be considered not only for future research but also at a structural level were pointed out.

Keywords:

Motherhood, Female inmates, Incarceration, Psychology.

Índice

Introdução	1
1 – Fundamentação Teórica	3
1.1 – Reclusão no Feminino	3
1.2 – Maternidade na Prisão/ Mãe Atrás das Grades	5
1.3 – Adaptação à Prisão	8
2 - Metodologia	10
2.1 – Objetivos e Hipóteses de Estudo	10
2.2 – Participantes	11
2.3 – Instrumentos	12
2.3.1 – Questionário Sociodemográfico	12
2.3.2 – Entrevista Semiestruturada	12
2.3.3 – <i>Screening Questionnaire Interview for Adolescents</i>	12
2.3.4 – Questionário de Vulnerabilidade ao Stress	13
2.3.5 – Escala de Baixo Autocontrolo	13
2.4. – Procedimentos	14
3 – Resultados	14
3.1 – Análise Qualitativa	15
3.1.1 – Reclusas Mães com Filhos/as no EP	15
3.1.1.1 – Significado de Ser Mãe	15
3.1.1.2 – Sentimento de Ser Mãe na Prisão	16
3.1.1.3 – Influência da Criança no Comportamento	17
3.1.1.4 – Preparação dos Serviços Prisionais	19
3.1.2 – Reclusas Mães com Filhos/as no Exterior	20
3.1.2.1 – Significado de Ser Mãe	20
3.1.2.2 – Influência da Maternidade a Nível Comportamental	21
3.1.2.3 – Dificuldades Sentidas no Exercício da Maternidade	22
3.1.2.4 – Preparação dos Serviços Prisionais	23
3.1.3 – Reclusas sem Filhos/as	24
3.1.3.1 – Desejo em Ser Mãe	24
3.1.3.2 – Influência da Condição Maternal no Comportamento	25
3.1.3.3 – Perceção da Influência da Condição Maternal no	26
Comportamento	
3.1.3.4 – Preparação dos Serviço Prisionais	27
3.1.4 – Ocorrências Disciplinares	28

3.1.5 – Comparações da Análise Qualitativa dos Diferentes Grupos	30
3.2 – Análise Quantitativa	32
Parte I – Análise Quantitativa dos Três Grupos de Amostra	32
3.2.1 – Estatística Descritiva	32
3.2.2 – SQIFA	36
3.2.3 – 23 QVS	37
3.2.4 – Escala de Baixo Autocontrolo	
3.2.5 – Número e Gravidade das Ocorrências Disciplinares	38
Parte II – Análise Quantitativa de Dois Grupos de Amostra	42
3.2.6 – Estatística Descritiva	42
3.2.7 – SQIFA	45
3.2.8 – 23 QVS	47
3.2.9 – Escala de Baixo Autocontrolo	47
3.2.10 – Número e Gravidade das Ocorrências Disciplinares	47
4 – Discussão	51
5 – Conclusão	54
Referências Bibliográficas	55
Anexos	63
Anexo 1 – Parecer da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior	64
Anexo 2 – Ofício de Autorização para a Investigação Científica	65
Anexo 3 – Consentimento Informado do Protocolo	67
Anexo 4 – Questionário Sociodemográfico	68
Anexo 5 – Entrevista Semiestruturada Sobre Maternidade dos Diferentes Grupos de Amostra	69
Anexo 6 – <i>Screening Questionnaire Interview for Adolescents (SQIFA)</i>	72

Lista de Anexos

Anexo 1 - Parecer da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior.

Anexo 2 - Ofício de Autorização para a Investigação Académica.

Anexo 3 - Consentimento Informado do Protocolo de Investigação.

Anexo 4 - Questionário Sociodemográfico.

Anexo 5 - Entrevista Semiestrutura Sobre Maternidade dos Diferentes Grupos de Amostras.

Anexo 6 - *Screening Questionnaire Interview for Adolescents (SQIFA)*.

Lista de Figuras

Figura 1 - Amostras Independentes de Teste *Kruskal-Wallis* do Total SQIFA.

Figura 2 - Amostras Independentes de Teste *Kruskal-Wallis* do Total 23 QVS.

Figura 3 - Amostras Independentes de Teste *Kruskal-Wallis* do Total EA Controlo.

Figura 4 - Amostras Independentes de Teste *Kruskal-Wallis* do Número de Ocorrências Disciplinares.

Figura 5 - Amostras Independentes de Teste *Kruskal-Wallis* da Gravidade das Ocorrências Disciplinares.

Figura 6 - Representação do Método Pairwise da Gravidade das ocorrências disciplinares de acordo com os diferentes grupos

Figura 7 - Amostras Independentes de Teste *U* de *Mann-Whitney* do Total SQIFA.

Figura 8 - Amostras Independentes de Teste *U* de *Mann-Whitney* do Total 23 QVS.

Figura 9 - Amostras Independentes de Teste *U* de *Mann-Whitney* do Total EA Controlo.

Figura 10 - Amostras Independentes de Teste *U* de *Mann-Whitney* do Número de Ocorrências.

Figura 11 - Amostras Independentes de Teste *U* de *Mann-Whitney* da Gravidade das Ocorrências Disciplinares.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Análise Temática do Significado de Ser Mãe para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Tabela 2 - Análise Temática do Sentimento de Ser Mãe na Prisão para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Tabela 3 - Análise Temática da Influência da Criança no Comportamento para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Tabela 4 - Análise Temática da Perspetiva Geral da Influência da Criança no Comportamento para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Tabela 5 - Análise Temática da Perspetiva de Preparação do EP para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Tabela 6 - Análise Temática do Significado de Ser Mãe para Reclusas com Filhos/as no Exterior (n = 10).

Tabela 7 - Análise Temática do Impacto da Presença que uma Criança Teria no Comportamento na Perspetiva de Reclusas com Filho/as no Exterior (n = 10).

Tabela 8 - Análise Temática das Diferenças no Comportamento Fase à Companhia de Um/a Filho/a na Perspetiva de Reclusas Com Filhos/ as No Exterior (n = 10).

Tabela 9 - Análise Temática das Dificuldades Sentidas No Exercício da Maternidade Por Parta de Reclusas com Filhos/ as no Exterior (n = 10).

Tabela 10 - Análise Temática da Preparação dos Serviços Prisionais na Perspetiva de Reclusas Mãe com Filhos/as no Exterior (n = 10).

Tabela 11 - Análise Temática do Desejo em Ser Mãe das Reclusas Sem Filhos/as (n = 9).

Tabela 12 - Análise Temática do Impacto da Companhia de uma Criança no Comportamento na Perspetiva de Reclusas Sem Filhos/as (n = 9).

Tabela 13 - Análise Temática da Perceção Que as Reclusas Sem Filhos/as Têm Sobre o Impacto da Maternidade ao Longo do Cumprimento de Pena (n = 9).

Tabela 14 - Análise Temática da Perspetiva de Reclusas sem Filhos/as Quanto à Preparação dos Serviços Prisionais (n = 9).

Tabela 15 - Análise Temática e Caracterização das Ocorrências Disciplinares de Cada Grupo de Amostra (n = 27).

Tabela 16 - Estatística descritiva dos itens do SQIFA e do 23 QVS e da pontuação obtida da EA Controle, assim como das variáveis Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade das Ocorrências.

Tabela 17 - Teste de Normalidade do SQIFA através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n =10) e Grupo 3 (n = 9).

Tabela 18 - Teste de Normalidade do 23 QVS através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n =10) e Grupo 3 (n = 9).

Tabela 19 - Teste de Normalidade da EA Controle através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n =10) e Grupo 3 (n = 9).

Tabela 20 - Teste de Normalidade das variáveis Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade das Ocorrências Disciplinares através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n =10) e Grupo 3 (n = 9).

Tabela 21 - Teste de Hipóteses das variáveis Total SQIFA, Total 23 QVS, Total EA Controle, Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade de Ocorrências Disciplinares entre os três grupos de amostra (n = 27).

Tabela 22 - Método *Pairwise da Gravidade* das Ocorrências Disciplinares de acordo com os diferentes grupos.

Tabela 23 - Estatística descritiva dos itens do SQIFA, do 23 QVS e da pontuação obtida da EA Controle, assim como das variáveis Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade das Ocorrências Disciplinares do Grupo 1 (n = 8) e do Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Tabela 24 - Teste de Normalidade do SQIFA através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Tabela 25 - Teste de Normalidade do 23 QVS através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n =19).

Tabela 26 - Teste de Normalidade da EA Controle através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Tabela 27 - Teste de Normalidade da variável Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade de Ocorrências disciplinares através do *Shapiro-Wilk* para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Tabela 28 - Postos Médios e Soma de Classificações de *Wilcoxon* do Grupo 1 (n = 8) e Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Tabela 29 - Estatísticas do teste de *Mann-Whitney* e teste de soma dos postos de *Wilcoxon* entre o Grupo 1 (n = 8) e o Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

Lista de Acrónimos

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

EA Controlo - Escala de Baixo Autocontrolo.

EP - Estabelecimento(s) Prisional(is).

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*.

SQIFA - *Screening Questionnaire Interview for Adolescents*.

23 QVS - Questionário de Vulnerabilidade ao Stress.

Introdução

Quando se pretende investigar sobre a reclusão no feminino, depara-se com falta de literatura quanto a este tema. Questões de género, generalização de estereótipos dominantes e a preferência pelo universo masculino são alguns dos fatores que podem justificar esta lacuna no conhecimento científico (Matos & Machado, 2012; Pinto & Oliveira, 2020).

Apesar de representarem uma minoria, no que diz respeito ao universo prisional, tem-se verificado um aumento de mulheres reclusas nos estabelecimentos prisionais (EP) portugueses, tal pode ser verificado através da consulta de dados anuais disponibilizados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Enquanto no final de 2021 existiam 814 reclusas, na mesma altura no ano seguinte eram contadas 885 mulheres em situação de reclusão (DGRSP, 2023 a, 2023 b). Estes números podem ser considerados um espelho da conjuntura internacional, uma vez que se verifica o mesmo acontecimento na maioria dos países. Esta mudança na demografia prisional, traz consequências significativas tanto para as reclusas como para as suas famílias, uma vez que a maioria é mãe (Baldwin, 2018). Apesar de todas as alterações e desenvolvimentos associados à igualdade de género, corresponde, ainda, à mulher, o papel de cuidadora, principalmente das crianças e jovens (Freitas et al., 2016), facto pelo qual se torna pertinente estudar o papel desempenhado pela maternidade nas mulheres reclusas, em especial no processo de adaptação ao contexto prisional.

Embora a investigação, no que toca à reclusão do género feminino seja escassa quando comparada com o género masculino, sabe-se que as mulheres neste contexto têm maior prevalência de perturbações mentais do que aquelas que se encontram em liberdade. A exposição a uma situação de stress prolongado pode ser a principal razão por que estas tendem a experienciar maiores níveis de stress, ansiedade, comportamentos obsessivo-compulsivos e sintomas psicóticos (Drapalski et al., 2009). Ao considerar o risco de desenvolvimento de perturbações de personalidade no contexto da reclusão, surgem preocupações relacionadas com o baixo autocontrolo, impulsividade e adoção de comportamentos de risco (Altikriti et al., 2020).

A partir destes dados, procura-se desenvolver uma investigação com o objetivo geral de estudar a associação entre a maternidade em mulheres reclusas e os níveis de disrupção emocional/comportamental durante o período de reclusão, principalmente através da análise do número e gravidade de ocorrências disciplinares.

A presente dissertação divide-se em cinco partes. Numa primeira parte, é apresentada a fundamentação teórica baseada na revisão de literatura, e na segunda parte, é explanada a metodologia usada. Na terceira parte, irão ser apresentados os resultados, que servirão de base para a discussão e conclusão, a quarta e quinta parte desta dissertação, respetivamente.

1 - Fundamentação Teórica

1.1. Reclusão no Feminino

O número de investigações científicas associadas à reclusão de pessoas do género feminino é escasso quando comparado ao número das existentes dedicadas à população masculina (Friedrich, 2020; Matos & Machado, 2012). Consequentemente, a construção de modelos teóricos ligados à criminologia baseou-se no universo masculino, nunca considerando o género como uma variável a ser estudada, contribuindo assim para os estereótipos ligados aos papéis sociais e à delinquência feminina e, ainda, para a desproteção e prejuízo da mulher na prática do direito (Matos & Machado, 2007)

Apesar das mulheres estarem desde sempre envolvidas no universo criminal, a sua integração e inclusão na investigação apenas começou a ser feita na transição do século XIX para o século XX, apoiada pelo movimento feminista, que se expandia nessa altura e se caracterizava pela luta pela igualdade das mulheres (Matos & Machado, 2012). Os precursores neste âmbito consideram-se ser Lombroso e Ferrero (1893), que se destacaram pela procura de características biológicas individuais consideradas atávicas nas mulheres, tal como tinham estudado em homens ofensores, de modo a justificar o comportamento transgressivo. Para tal, analisaram particularidades anatómicas, através da medição de crânios e de membros superiores de mulheres prostitutas, reclusas ou cadáveres de mulheres que tivessem cometido crimes. Ao longo da pesquisa, depararam-se com dificuldades em encontrar especificidades anatómicas nas mulheres delinquentes, concluindo que estas apresentavam menor frequência criminal, embora fossem mais temíveis e letais, quando comparadas aos homens (Cusson, 2011; Matos, 2007; Matos & Machado, 2012).

O interesse pela criminologia feminina continuou fortemente associado a fatores biológicos e psicológicos baseado numa visão sexista e estereotipada, destacando-se Thomas (1923), que através de estudos-caso, concluía que a pressão social sentida pelas mulheres podia ser um fator impulsionador para o comportamento desviante. Pollak (1950) postulou que a delinquência feminina se podia explicar a partir de fatores fisiológicos, como é o caso da menstruação, que a levariam a cometer crimes (Matos, 2007).

Assim, a transgressão à lei e a quebra com os papéis de género tradicionais fazem com que a mulher ofensora seja vista como duplamente desviante, acabando por ser punida a dobrar, promovendo a discriminação das mulheres pelo sistema judicial aos mais diversos níveis (Ballesteros-Pena, 2018; Matos & Machado, 2007, 2012). É, no início do século XX, que há a emergência de abordagens feministas ligadas à criminologia, que desenvolveram conhecimento principalmente associado à vitimização da mulher. Não obstante, é ainda neste século, que surge a preocupação com a desconstrução do pressuposto de que a mulher comete menos crimes que o

homem, servindo assim de impulsionador à investigação científica com foco na mulher transgressora e na sua relação com o sistema de justiça (Matos & Machado, 2012).

Atualmente, a mulher com comportamento criminal continua a ser comparada ao género masculino, contudo, pouco a pouco, é vista como alguém autónomo e responsável pelas suas escolhas no que toca ao contexto social e criminal, podendo cometer crimes de forma intencional e racional, assistindo-se gradualmente a uma mudança de paradigma que permite ver a mulher como um agente de crime e não apenas como uma vítima (Matos & Machado, 2012; Carvalho et al., 2022).

No que diz respeito ao universo prisional atual, globalmente, as mulheres representam uma pequena percentagem do mesmo, apesar de se verificar um crescimento, que também se faz sentir em Portugal (Carvalho et al., 2022). De acordo com os dados do último Relatório Anual de Segurança Interna relativos ao ano de 2021, elaborado pela DGRSP, a população feminina que se encontrava a cumprir pena nos EP portugueses correspondia a 7.02%, que contrastava com os 92.98% associados aos reclusos do sexo masculino (DGRSP, 2022). Quando comparado com o ano anterior, verifica-se uma ligeira subida, uma vez que, em 2020, a reclusão feminina representava 6.7% do total de pessoas que se encontrava a cumprir pena (DGRSP, 2021 d).

O benefício económico vindo da perpetuação do crime, os baixos rendimentos, o desemprego, a exclusão social e, ainda, a pobreza são apontados como alguns dos principais motivos que levam a comportamentos transgressivos por parte das mulheres (Campaniello, 2019). No entanto, o histórico de abuso físico e sexual, relações afetivas com pessoas associadas ao crime, baixo nível de literacia, familiares com antecedentes criminais e ambientes familiares disfuncionais são também considerados fatores que podem levar à prática de crimes (Mauá & Baltieri, 2012). Dados relativos a 2021, provenientes da DGRSP, confirmam o supramencionado, na medida em que apenas 202 das 804 mulheres reclusas nos EP portugueses possuem o ensino secundário (DGRSP, 2021 a). Seguindo esta lógica, a carência vivida por algumas destas pessoas pode ser resultado da baixa escolaridade que acaba por estar diretamente relacionada com empregos mais instáveis e precários, e consequentemente, com condições de vida mais difíceis.

Relativamente aos crimes cometidos, em Portugal, a maioria das mulheres que se encontram a cumprir pena num EP, está condenada principalmente devido a transgressões associadas ao tráfico de estupefacientes (DGRSP, 2021 b; Matos & Machado, 2012). No entanto, crimes contra o património, como é o caso de furtos e/ou roubos e, crimes contra outros, como homicídios são também alguns dos principais crimes para que estas se encontrem reclusas (DGRSP, 2021 b). No que concerne às penas, a maioria das reclusas, encontra-se a cumprir uma pena entre os 3 e os 6 anos, apesar das penas de 6 a 9 anos apresentarem números significativos (DGRSP, 2021 c). Quanto às reincidências, os dados relativos às mulheres são inexistentes.

É através de uma investigação sobre a temática, conduzida por Matos e Machado (2007), que se conseguiu perceber que a entrada para o contexto prisional é percecionada, pela maioria

das mulheres, de forma positiva, visto assim como um momento de viragem, que acaba por colocar fim a situações consideradas negativas, como é o caso de relacionamentos abusivos, prostituição e abuso de substâncias. O facto de acreditarem que aumentam as competências enquanto cumprem pena e o desenvolvimento de relações com outras reclusas são também aspetos que fazem com que a prisão seja vista de forma positiva. No entanto, a falta de liberdade pode gerar algum desconforto resultando assim na inadaptação ao contexto.

Assim, é necessário reforçar que apesar de representar uma pequena percentagem da população reclusa, não significa que este grupo minoritário seja menos importante ou relevante em termos de investigação (Friedrich, 2020).

1.2. Maternidade na Prisão/ Mãe Atrás das Grades

Associado ao fenómeno do aumento da reclusão feminina está a maternidade, não só porque mais de metade das mulheres reclusas, a nível global, têm filhos menores do que 18 anos, considerados dependentes (Baldwin, 2018; Cross, 2020; Pendleton et al., 2022), como na cultura ocidental está, ainda, enraizada a ideia de que a mulher é a principal cuidadora associada aos/às filhos/as (Freitas et al., 2016). Poderá, assim, dizer-se, que parte das mulheres reclusas lida com emoções ligadas à maternidade e à família ao longo do cumprimento de toda a sua pena (Baldwin, 2018; Lobo & Howard, 2021).

São diversas as investigações que se têm dedicado à exploração dos desafios da maternidade no quotidiano e, a maioria das mulheres que se encontra em liberdade, afirma ser confrontada com uma enorme pressão para corresponder à expectativa de “mãe perfeita” (Easterling et al., 2019). Se mulheres que se encontram livres se depararam com este ideal, o impacto do mesmo em reclusas espera-se ser muito maior. Deste modo pode-se constatar que a experiência da maternidade vivida por mães reclusas e não reclusas é bastante diferente. O distanciamento físico e as barreiras de comunicação são as principais razões que acabam por levar estas mulheres a lutas emocionais e, conseqüentemente, a sentimentos de privação da sua identidade maternal (Baldwin, 2018; Easterling et al., 2019).

Tendo em conta o supramencionado, o ideal de “boa mãe” em contexto prisional demonstra-se presente (Granja et al., 2015). Variáveis como a quantidade de tempo despendido, a dedicação e a qualidade das práticas parentais são vistas como significativas e bastante valorizadas (Nunes et al., 2020), contribuindo para o senso de maternidade destas mulheres.

Segundo o relatório europeu SPACE I (2021), em termos legais, a idade máxima de permanência de uma criança num EP difere de país para país, sendo que há nações que não o permitem de todo, como é o caso da Noruega, Irlanda do Norte e Escócia. Em Portugal, atualmente, de acordo com o Decreto-Lei nº115/2009 de 12 de outubro, faz parte dos direitos do recluso a possibilidade de permanência de uma criança num EP até aos 3 anos de idade, podendo

excecionalmente manter-se até aos 5 anos, caso este tenha autorização do outro progenitor, sendo-lhe facultadas instalações adequadas às necessidades.

Em Portugal e em alguns países, a decisão de permanência ou ida da criança para um EP, pertence às reclusas. O facto de não terem ninguém de confiança com quem deixar o/a filho/a ou de já terem outros/as filhos/as mais velhos/as a cargo de alguém, são apontadas como as principais razões para a tomada de decisão de estadia no EP (Chambers, 2009; Freitas et al., 2016). A diminuição do sofrimento e solidão, o equilíbrio emocional e os laços emocionais fortalecidos, são também motivos tidos em conta nesta decisão (Mariano & Silva, 2018). No entanto, há quem considere o contexto prisional como prejudicial e inadequado ao desenvolvimento e educação de crianças recusando-se, por isso, a ter os/as filhos/as dentro do mesmo, apontado a falta de condições, de contacto com o exterior, o ambiente barulhento e, ainda, a atmosfera pesada, como razões para a manutenção da criança no exterior (Freitas et al., 2016). Desta forma, a tomada de decisão é difícil, necessitando de um balanço entre os aspetos positivos e negativos associados à permanência ou não de uma criança no contexto prisional.

Numa investigação dedicada à comparação de perspetivas entre mães reclusas e técnicos prisionais, concluiu-se que ambas as partes concordam que a maternidade em período de reclusão é experienciada de forma mais intensa, não só porque muitas vezes as crianças são um escape à realidade em que as mães se inserem, como as reclusas dispõem de mais tempo para se dedicar às crianças, algo que não seria possível caso se encontrassem em liberdade (Nunes et al., 2020). A intensidade deste vínculo reflete-se no momento de separação, uma vez que é descrito como envolvendo bastante stress, ansiedade e angústia intolerável tanto para as progenitoras como para as crianças (Freitas et al., 2016; Loper, 2006; Powell et al., 2017), chegando mesmo a ser considerado um trauma, por muitas (Baldwin, 2018).

A reclusão tem um impacto significativo na estrutura familiar, uma vez que a mãe acaba por ser considerada a figura principal e encontrando-se esta limitada nas comunicações com o exterior e privada da sua liberdade, há uma interferência nos vínculos familiares o que conduz a que muitas crianças possam ser institucionalizadas (Artz & Rotmann, 2015; Dennison et al., 2013). Relativamente à relação mãe-filho/a, a reclusão tanto pode ser prejudicial como benéfica. Se por um lado, a ausência da figura responsável pode ter consequências no desenvolvimento e bem-estar físico e emocional dos educandos (Cross, 2020), por outro, a prisão pode contribuir para a melhoria destas relações, caso sejam vistas como problemáticas antes da reclusão. Perspetivar a prisão como um momento de viragem tende a motivar as mudanças nos padrões de comportamento, podendo assim refletir-se na maternidade, que muitas vezes passa a ser considerada uma das principais razões para sobreviver a este período (Shamai & Kochal, 2008).

Quanto à conduta adotada pelas mães reclusas com filhos/as no exterior, pode diferenciar-se entre aquelas que evitam o contacto e as que o preferem manter. Considera-se, que as que escolhem não ter qualquer tipo de comunicação tentam suprimir a dor e a culpa que têm, acabando por muitas vezes por ter a tendência para praticar comportamentos autodestrutivos,

como o consumo de substâncias ou até comportamentos suicidas. As mães que escolhem manter o contacto, apesar de acharem benéfico para ambos os lados, descrevem esta opção como um conflito interno constante, referindo que frequentemente consideram interromper a comunicação, de modo a reduzir a dor psicológica por elas sentida (Flores & Smeh, 2018; Shamai & Kochal, 2008).

Mulheres mães reclusas com filhos/as no exterior, podem enquadrar-se em três tipos de narrativas distintas, de acordo com um estudo elaborado por Easterling e colaboradores (2019): mães que sentem ser as mesmas, mães mudadas e mães que se encontram em suspenso. As mães que preservam a mesma conduta associam-se a mulheres que consideram que nada mudou no exercício do seu papel maternal, apesar de todas as limitações que o contexto em que se inserem lhes colocam. Isto pode ser consequência tanto da adoção da não existência de qualquer tipo de contacto, que faz com que tenham a percepção de que a realidade tenha congelado, como da tentativa em manter uma comunicação frequente, contribuindo assim para a continuação do exercício do seu papel maternal. Este tipo de comportamento mencionado costuma estar associado a mães que antes de estarem presas eram as principais cuidadoras dos/as filhos/as, na medida em que procuram mais a comunicação com os/as mesmos/as, seja através da escrita de cartas ou de telefonas, diminuindo assim o stress associado à separação (Tuerk & Loper, 2006). Já no que toca a mães em mudança, estas consideram que a sua perspectiva do que é a maternidade mudou durante a reclusão, muito associado à transferência de responsabilidades que lhes cabia a pessoas da sua confiança enquanto se encontram fora. Relativamente à narrativa das mães em suspenso, prende-se pelo facto de estas terem diminuído o seu papel de mães até ao mínimo ou até terem deixado de se comportar como mães para os/as seus/suas filhos/as, aceitando essa mudança. O crescimento e a dificuldade em pensar nos/as filhos/as, a necessidade de se focar em si e a incapacidade de praticar a atividade parental são alguns dos motivos associados a este comportamento (Easterling et al., 2019).

No que diz respeito há capacidade e preparação das estruturas, serviços e apoio prisional tendo em conta a maternidade, de acordo com testemunhos de reclusas portuguesas (mães e não mães), o sistema prisional português não consegue dar resposta as necessidades associadas ao cuidado de uma criança, sendo a quantidade e qualidade da comida e os espaços pequenos de alojamento apontados como as principais lacunas. No entanto, realçam aspetos positivos como a creche e os cuidados de saúde. O facto de também terem recursos necessários garantidos torna a maternidade na prisão mais fácil, pois muitas mulheres reclusas proveem de contextos pobres, onde estas condições não seriam possíveis (Nunes et al., 2020). Quanto ao apoio por parte da prisão, onde se inclui o *staff*, relatam que os funcionários prisionais tendem a prestar mais atenção às reclusas mães com crianças do que às restantes reclusas, apesar de disponibilizarem os mesmos recursos a todas as presidiárias (Alves et al., 2013; Freitas et al., 2016).

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que os EP são acima de tudo locais emocionais, que muitas vezes podem servir de gatilhos para a manifestação das mais diversas emoções, principalmente aquelas associadas à maternidade.

1.3. Adaptação à Prisão

São escassos os estudos dedicados à adaptabilidade das mulheres ao regime prisional (Crewe et al., 2017; Pinto & Oliveira, 2020). No entanto, com o aumento da população feminina em contexto prisional, torna-se cada vez mais pertinente explorar de que modo as mulheres se adaptam, como diferem dos homens e de que forma se pode contribuir para uma melhoria do ajustamento, com vista a prevenir e intervir em eventuais problemas decorrentes da reclusão.

De acordo com estudos em indivíduos do sexo masculino, existem quatro diferentes tipos de reclusos, no que toca à sua adaptabilidade ao contexto prisional: os bem-adaptados, os mal-adaptados, os sobre adaptados e, ainda, os inadaptados. Os primeiros caracterizam-se por ter uma idade superior a 30 anos, não ter antecedentes criminais, sendo muitas vezes detidos por crimes abruptos. Ao invés dos anteriores, os mal-adaptados tendem a ser mais novos, reincidentes e ter comportamentos agressivos, chegando a violar muitas vezes as regras institucionais. Quanto aos sobre adaptados, destacam-se aspetos como passado institucional, cadastro longo, com idades acima dos 35 anos e, conduta assertiva na prisão. Por fim, consideram-se inadaptados, aqueles que demonstrem um desajustamento ao ambiente prisional, stress, comportamentos de risco e ainda explosões de raiva (Gonçalves, 1993, 2008; Gonçalves & Gonçalves, 2012). Através deste tipo de investigações conseguiu-se concluir que EP sobrelotados, baixo número de visitas, juvenildade e baixo nível de escolaridade são considerados fatores preditores para comportamento agressivos e, conseqüentemente, para uma inadaptação ou má adaptação ao contexto prisional (Gonçalves & Gonçalves, 2012; Celinska & Sung, 2014).

Seguindo esta linha de pensamento, sabe-se que os homens enfrentam múltiplos desafios em contexto prisional encontrando diversas estratégias de *coping*, todavia algumas adversidades são apenas vividas pelas mulheres (Lahm, 2016; Reidy & Sorensen, 2018), sendo que estas as experienciam com maior grau de intensidade (Crewe et al., 2017; Loper, 2006). A existência de poucos EP exclusivamente femininos, baseados nas necessidades dos reclusos de género masculino, a conseqüente sobrelotação e distância da rede de apoio (família e amigos) são alguns dos obstáculos que esta população tem de enfrentar (Lahm, 2016; Leigey, 2019). Porém, ambos os sexos podem evidenciar dificuldades comuns.

De acordo com investigações, as mulheres reclusas evidenciam maiores dificuldades de ajustamento psicológico quando comparadas aos homens na mesma situação (Alves et al., 2013; Leigey, 2019), chegando mesmo a manifestar maior prevalência de sintomas psicopatológicos (Drapalski et al., 2009; Reidy & Sorensen, 2018), como é o caso de perturbações obsessivo-compulsivas, depressão, ansiedade e/ou psicoticismo (Alves et al., 2013). Apesar disso, tendem a

cometer menos infrações e com menor nível de gravidade do que reclusos do género masculino (Celinska & Sung, 2014).

O abuso de substâncias, trauma como consequência de abuso sexual e violência, e perturbações mentais prévias à detenção são considerados fatores preditores para uma conduta agressiva das mulheres na prisão, que acabam por condicionar a sua adaptação ao contexto (Alves et al., 2013; Celinska & Sung, 2014; Leigey, 2019; Reidey & Sorensen, 2018). Adicionalmente, as dificuldades económicas, outros acontecimentos de vida violentos, a juvenilidade, baixa escolaridade e o desconhecimento do regime prisional são também apontados como aspetos que podem influenciar a adoção de uma conduta violenta (Leigey, 2019; Reidy et al., 2017; Reidey & Sorensen, 2018). Contudo, há características institucionais que também contribuem para a perpetuação de comportamentos disruptivos ao longo da pena como é o caso da falta de privacidade, da monotonia quotidiana e a falta de programação, incluindo ainda os cuidados de saúde inadequados e a infantilização por parte do *staff* (Leigey, 2019).

O ajustamento ao regime prisional, para as mulheres, é bastante influenciado pelo suporte social sentido, sendo, por isso, considerado um fator protetor à adoção de uma conduta assertiva e de acordo com as regras institucionais. As visitas e telefonemas de familiares e filhos são bastante valorizados por esta população, uma vez que são as principais formas e as mais comuns de comunicação com o exterior, comprovando-se isso através do facto das mulheres investirem mais na intercomunicação com a rede de apoio do que os homens reclusos (Celinska & Sung, 2014; Pinto & Oliveira, 2020; Reidey & Sorensen, 2018).

Relativamente a mulheres mães reclusas, como referido acima, sabe-se que a separação dos/as filhos/as pode causar sentimentos de culpabilidade, mas também ansiedade e stress (Freitas et al., 2016), podendo assim ser considerado um aspeto potencializador de comportamentos disruptivos (Rodermond et al., 2017), na medida em que há desenvolvimento de dificuldades emocionais associadas à separação da família (Leigey, 2019). No entanto, evidências demonstram que assim que mulheres mães se sentem confortáveis no seu novo estilo de parentalidade tendem a ter menos infrações do que as reclusas não-mães (Loper, 2006).

Ainda relativamente à maternidade em reclusão, torna-se relevante explorar o ambiente entre reclusas mães com os/as seus/suas filhos/as na prisão, que pode ser descrito como complexo, uma vez que de acordo com o estudo realizado por Freitas e colaboradores (2016) num EP português, as reclusas afirmaram que ao longo do cumprimento da pena existem tanto períodos de animosidade, como de amizade e confiança. Apesar da instabilidade destas relações, a cooperação existente é vista como uma fonte de apoio, sendo considerada uma alternativa face à precariedade nas redes de apoio social existentes (Nunes et al., 2020).

Capítulo 2. Metodologia

2.1. Objetivos e Hipóteses de Estudo

De modo a contribuir para o desenvolvimento da investigação científica no que diz respeito à reclusão no feminino, o presente estudo tem como objetivo geral permitir uma melhor compreensão acerca do papel da maternidade nas mulheres em situação de reclusão.

Assim trata-se de uma investigação exploratória, de tipologia transversal, com um processo de amostragem de conveniência e com recurso a uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa). Considerando a falta de informação relativa a esta temática e a importância de todo o conteúdo recolhido desta realidade social tão específica, adotou-se um *design* Sequencial Transformativo Qual+Quan (Afonso, 2005; Bishop, 2015). A primeira fase caracterizar-se-á pela análise e discussão da qualidade e dos conceitos advindos das entrevistas feitas, assim como pela sua organização e categorização, testagem de interpretações e produção do texto interpretativo, onde inicialmente foram encontradas categorias e posteriormente agrupadas em meta-categorias. (Marshall & Rossman, 1999). Quanto à fase seguinte, dedicar-se-á à análise quantitativa dos dados, que pretende verificar se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre grupos de amostra.

Desta forma, procura-se investigar se ter ou não filhos na prisão influencia o comportamento das reclusas através da análise do número e gravidade de ocorrências disciplinares, levantando-se as seguintes hipóteses a fim de guiar a presente pesquisa:

Objetivo específico 1: Compreender se existem diferenças no número de condutas disruptivas entre as mulheres reclusas com filhos/as e sem filhos/as presentes na prisão.

H₀: As mulheres reclusas com filhos/as têm menos ocorrências disciplinares do que as mulheres reclusas sem filhos/as.

H₁: Não existem diferenças significativas no número de disruptões comportamentais entre as mulheres reclusas com e sem filhos/as.

Objetivo específico 2: Compreender se existem diferenças na gravidade da disruptão comportamental entre as mulheres reclusas com filhos/as e sem filhos/as na prisão.

H₀: As mulheres com filhos/as na prisão têm ocorrências disciplinares menos graves do que mulheres sem filhos/as na prisão.

H₂: Não existem diferenças significativas entre a gravidade/tipologia da disruptão comportamental entre as mulheres reclusas com e sem filhos/as na prisão.

2.2. Participantes

O processo de amostragem é de conveniência e contou com a colaboração de 27 reclusas do EP de Santa Cruz do Bispo, sendo que a recolha de dados foi efetuada entre 10 e 12 de abril de 2023.

A amostra foi dividida em três grupos com base na informação relativa à condição de maternidade de cada mulher: reclusas mães acompanhadas pelos/as filhos/as no EP (Grupo 1), reclusas mães cujos/as filhos/as não se encontram no EP (Grupo 2) e, ainda, o último grupo, o Grupo 3, que é constituído por mulheres reclusas que não são mães.

Os critérios de inclusão para a participação nesta investigação basearam-se nas seguintes condições: ser do sexo feminino, ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, dominar o português e, saber ler e escrever, de modo que não existisse qualquer impedimento ao preenchimento autónomo dos instrumentos. No que diz respeito aos critérios de exclusão consideraram-se: existência de uma patologia mental que condicionasse a compreensão dos instrumentos e das instruções dos mesmos, adversidades na relação entre entrevistada e entrevistadora e, ainda, dificuldades na compreensão do objetivo da investigação associadas a limitação cognitiva severa. No entanto, devido ao tempo limitado no que toca à recolha dos dados, à recusa de algumas reclusas em participar e em contrapartida a disponibilidade e motivação de outras, o intervalo de idades incluído na investigação foi alargado.

O Grupo 1 é constituído por 8 mulheres em situação de reclusão, com idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos ($M = 29.38$; $DP = 4.27$). No que toca à nacionalidade, 75% ($n = 6$) é de nacionalidade portuguesa e 25% ($n = 2$) de outras nacionalidades, detalhadamente croata e peruana. Quanto ao estado civil, 50% das reclusas mães acompanhadas pelas crianças ($n = 4$) encontram-se em união de facto, 25% ($n = 2$) casadas, 12.5% ($n = 1$) divorciadas e 12,5% ($n = 1$) estão solteiras. Em relação ao número de filhos/as, 37.5% ($n = 3$) tem apenas um/uma filho/a, 25% possui dois/duas filhos/as, enquanto 12.5% ($n = 1$) tem três, quatro e cinco crianças, cada. Relativamente às habilitações literárias, 25% da amostra concluiu o 1º ciclo ($n = 2$), 12.5% ($n = 1$) o 2º ciclo, 37.5% ($n = 3$) o 3º ciclo e 12.5% cumpriu o ensino obrigatório, o ensino secundário. No que diz respeito à tipologia do crime deste grupo de amostra, 87.5% ($n = 7$) encontram-se reclusas por tráfico de estupefacientes e 12.5% ($n = 1$) por furto qualificado.

O Grupo 2 é constituído por 10 mulheres mães em situação de reclusão cujos/as filhos/as não se encontram no EP, com idades entre os 28 e os 54 anos ($M = 37.5$, $DP = 8.44$), sendo que 80% ($n = 8$) se encontram solteiras, ao passo que 20% ($n = 2$) são divorciadas. No que diz respeito às habilitações literárias, 10% ($n = 1$) possui o 1º ciclo, 60% ($n = 6$) concluiu o 3º ciclo, 20% ($n = 2$) o secundário e 10% ($n = 1$) possui uma licenciatura. Quanto à moldura criminal, 40% ($n = 4$) encontra-se reclusa devido à prática de polimorfismo criminal (furto simples, falsas declarações em tribunal, burla informática, condução sem habilitação, posse de arma ilegal e/ou abuso de

confiança), 30% (n = 3) com penas associadas ao tráfico de estupefaciente, já quanto a homicídio qualificado, burla informática e furto qualificado correspondem a 10% (n = 1) cada.

O Grupo 3 integra 9 mulheres reclusas sem filhos/as, todas de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 27 e os 53 anos ($M = 35.78$, $DP = 9.47$). No que concerne ao estado civil, 55.56% (n = 5) estão solteiras, 22.22% (n = 2) são divorciadas e 22.22% (n = 2) estão casadas. Quanto às habilitações literárias, 22.22% (n = 2) finalizou 2^o ciclo, 22.22% (n = 2) concluiu o 3^o ciclo, enquanto 44.44% (n = 4) concluiu o secundário e 10% (n = 1) têm uma licenciatura. Relativamente ao crime cometido, 55.56% (n = 5) encontra-se reclusa devido a furto qualificado, 22.22% (n = 2) por tráfico de estupefaciente, 10% (n = 1) tem pena de homicídio qualificado e violência doméstica e os restantes 10% (n = 1) estão em reclusão devido a burla e falsificação de documentos.

2.3. Instrumentos

2.3.1. Questionário Sociodemográfico

No âmbito deste estudo foi desenvolvido um questionário sociodemográfico que teve como objetivo caracterizar a amostra. Inclui variáveis como a idade, constituição do núcleo familiar e escolaridade, sendo também explorados aspetos associados ao contexto de reclusão, como histórico criminal, duração da pena atual, número de ocorrências disciplinares e qual a regularidade do regime de visitas. Informações associadas à maternidade, como o número de filhos e o local de residência dos mesmos (Anexo 4).

2.3.2. Entrevista Semiestruturada Sobre a Maternidade

De modo a alcançar uma visão mais realista e completa sobre o significado da maternidade durante a reclusão e qual o seu impacto, foram elaboradas três entrevistas semiestruturadas, tendo em conta os três diferentes tipos de amostra recolhidas (Anexo 5).

Estas questões não só pretendiam recolher informação do suprarreferido como também explorar a perceção da capacidade de resposta dos serviços prisionais às necessidades das reclusas mães e perceber se havia sugestões para melhorar a relação mãe-filho/a ao longo do cumprimento da pena.

2.3.3. *Screening Questionnaire Interview for Adolescents* (SQIFA)

O SQIFA (Anexo 6) trata-se de um instrumento de rastreio de autorresposta. Apesar de ter sido criado com o propósito de avaliar as problemáticas mais prevalentes no que diz respeito à saúde mental de jovens ofensores, como é o caso do álcool, drogas, ansiedade, depressão e comportamentos autolesivos (Alarcón et al., 2018; Youth Justice Board for England and Wales,

2011), pode também ser utilizado em adultos. Deste modo, é constituído 19 questões divididas por três seções, que pretendem avaliar brevemente a pessoa a nível físico, emocional, cognitivo e comportamental. Quanto ao sistema de cotação, as respostas estão numa escala tipo *Likert* com 3 pontos (0 - “Não”; 1 - “As vezes”; 2 - “Sim, frequente”). Deve-se ter em conta que este teste não avalia de forma explícita dificuldades de aprendizagem e comunicação, sendo necessário especial atenção relativamente a estes aspetos (Youth Justice Board for England and Wales, 2011).

Para efeitos desta investigação, foi calculado uma pontuação total obtida neste instrumento, que é o resultado da soma da pontuação de todos os itens, com o propósito de avaliar qual o grupo de apresenta maiores dificuldades no que toca à saúde mental.

2.3.4. Questionário de Vulnerabilidade ao Stress (23 QVS)

O Questionário de Vulnerabilidade ao *Stress* é um instrumento psicométrico multidimensional de autorresposta, criado, desenvolvido e validado para a população portuguesa por Vaz Serra (2000). É constituído por 23 perguntas, tal como o nome indica e decompõem-se em sete fatores que permitem uma melhor compreensão da pessoa e daquilo que o afeta (Fator 1 - Perfeccionismo e intolerância à frustração, Fator 2 - Inibição e dependência funcional, Fator 3 - Carência de apoio social; Fator 4 - Condições de vida adversas; Fator 5 - Dramatização da existência; Fator 6 - Subjugação; Fator 7 - Privação de afeto e rejeição). Quanto às opções de resposta, estas são em forma de escala tipo *Likert* com cinco pontos, indo do 1 “Concordo em absoluto” ao 5 - “Discordo em absoluto”. Os itens 1, 3, 4, 6, 7, 8 e 20, que são cotadas em sentido inverso. Quanto maior a pontuação global, maior a vulnerabilidade ao stress. No que toca à validação para a população portuguesa, este instrumento de avaliação psicológica obteve um coeficiente alfa de *Cronbach* de .82, revelando uma boa consistência interna (Serra, 2000).

2.3.5. Escala de Baixo Controlo (EA Controlo)

A Escala de Baixo Autocontrolo foi criada por Grasmick e colaboradores (1993), sendo a Teoria Geral do Crime o seu pilar. Foi adaptada por Fonseca (2002) e mais tarde validada para a população adulta portuguesa por Aguiar (2018). Caracteriza-se por ser um instrumento psicométrico muito utilizado em investigações associadas aos comportamentos delinquentes e criminosos, mas também ao desenvolvimento bem-sucedido, cujo objetivo principal é avaliar o autocontrolo. É constituído por 48 itens, que são respondidos numa escala tipo *Likert* de quatro pontos, em que o corresponde a 0 “Nada” e o 3 “Muito”. Quanto maior o somatório de todos os itens, menor o nível de autocontrolo percecionado pela pessoa. No que diz respeito à consistência interna, esta escala nos estudos de validação para a população portuguesa obteve um coeficiente alfa de *Cronbach* que variava entre $\alpha=.59$ a $\alpha=.82$ (Aguiar, 2018).

2.4. Procedimentos

Após a submissão e aprovação do protocolo de investigação por parte da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (UBI) (Anexo 1), procedeu-se ao contacto, através do Portal do Colaborador na página *online* da DGRSP, o pedido de colaboração e autorização para a recolha de dados necessária. Assim que se obteve o despacho positivo (Anexo 2), contactaram-se os EP atribuídos, do qual apenas se obteve resposta do EP de Santa Cruz do Bispo, onde se agendou a data da recolha.

Numa fase inicial, solicitou-se a leitura e assinatura do Consentimento Informado (Anexo 3), sendo que posteriormente foi administrado o questionário sociodemográfico (Anexo 4) e realizada a entrevista elaborada (Anexo 5). Seguidamente, foram aplicados os instrumentos de avaliação SQIFA (Anexo 6), 23 QVS e a Escala de Baixo Autocontrolo, pela ordem descrita.

Inicialmente, idealizava-se uma amostra de 30 pessoas para cada grupo de amostra, entre os 18 e os 35 anos, perfazendo um total de 90 mulheres entrevistadas. No entanto devido às dificuldades na articulação e colaboração com outro EP, optou-se por recolher todos os dados apenas no EP que demonstrou disponibilidade para a realização do estudo. Desta forma, a análise qualitativa e quantitativa dos três grupos amostrais contou com um total de 27 mulheres.

A escolha de métodos mistos, adveio do entendimento de que o uso de duas abordagens permite uma aproximação à realidade observada e um melhor entendimento desta temática que de pouco se sabe (Bishop, 2015; Serapioni, 2000). Assim, o *design* da investigação caracteriza-se por ser um Design Sequencial Transformativo, onde primeiramente foi efetuada uma análise qualitativa das entrevistas realizadas com base na análise de conteúdo de Bardin (1979). Posteriormente, foi realizada uma análise quantitativa de forma a analisar a normalidade e homogeneidade de cada instrumento nos três tipos de grupos amostrais, através do uso do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (28, Chicago, IBM). Após se ter verificado que não havia as condições fundamentais para o uso de testes paramétricos, recorreu-se ao uso de testes não-paramétricos adequados à investigação em si.

3. Resultados

3.1. Análise Qualitativa

No que toca à análise qualitativa, utilizou-se a análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1979), onde se começou por ler, codificar e categorizar cuidadosamente a informação recolhida, de forma a averiguar e explorar os temas predominantes das respostas fornecidas nas entrevistas, assim como a sua frequência. Deste modo, o conteúdo encontrado nas entrevistas depois de analisado e de lhe ser atribuída uma categoria, foi agrupado em metacategorias mais amplas relacionadas com a temática em questão.

3.1.1. Reclusas Mães Com Filhos/as no EP

3.1.1.1. Significado de Ser Mãe

A análise de conteúdo associada ao significado de ser mãe (Tabela 1) para reclusas acompanhadas pelos/as filhos/as (n = 8), demonstra a emergência das categorias *Cuidado e proteção* (n = 2, 25%) dirigido à criança, *Preocupação e responsabilidade* (n = 1, 12.5%), *Responsabilidade e cuidado* (n = 1, 12.5%) e *Fonte de suporte* (n = 1, 12.5%). Estas categorias originaram a meta-categoria *Afeto dirigido ao/à filho/a* com 62.5% (n = 5) de respostas.

Desta forma, o *Cuidado e proteção* (n = 2) representam 25% das mulheres que se encontram na meta-categoria desenvolvida, enquanto as categorias *Preocupação e responsabilidade* (n = 1), *Responsabilidade e cuidado* (n = 1) e *Fonte de suporte* (n = 1) se traduzem em 12.5% das respostas obtidas cada.

“É ser tudo... é ser protetora, dar uma boa educação, muito afeto...” (Reclusa 1).

“É uma mudança enorme, quando se é mãe... Agarra-se mais à vida. Alguém depende de nós. Temos de estar sempre lá para alguém que depende de nós” (Reclusa 7).

“Adoro ser mãe... é o que me dá forças. É amar alguém sem nada em troca e independentemente de tudo” (Reclusa 8).

Já a *Felicidade Pela Maternidade* (n = 2, 25%), a ideia de *Objetivo atingido* (n = 1, 12.5%) e a percepção de *Mudança pessoal* (n = 1, 12.5%) faz com que fosse formada a meta-categoria *Afeto recebido pelo/a filho/a* (n = 3) com 37.5% das reclusas deste grupo.

“É uma coisa boa, porque me mudou muito. É muita emoção e orgulho... Quis sempre um menino e agora tenho um” (Reclusa 4).

“É uma felicidade. Sempre quis ser mãe. Sempre quis dar apoio. Criar vida. Sempre foi algo que ambicionei” (Reclusa 6).

Tabela 1

Análise Temática do Significado de Ser Mãe para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Categorias	Meta-categorias
Cuidado e proteção (n = 2, 25%)	
Preocupação e responsabilidade (n = 1, 12.5%)	Afeto dirigido ao/à filho/a (n = 5, 62.5%)
Responsabilidade e cuidado (n = 1, 12.5%)	
Fonte de suporte (n = 1, 12.5%)	
Felicidade pela maternidade (n = 1, 12.5%)	
Objetivo atingido (n = 1, 12.5%)	Afeto recebido pelo/a filho/a (n = 3, 37.5%)
Mudança pessoal (n = 1, 12.5%)	

3.1.1.2. Sentimento de Ser Mãe na Prisão

Relativamente ao sentimento associado ao exercício da maternidade no contexto prisional (Tabela 2), o senso de *Responsabilidade pela situação* (n = 2, 25%) e a *Desconfiança dos outros* (n = 2, 25%), formam a meta-categoria *Culpabilidade* (n = 4) que representa 50% das mulheres entrevistadas neste grupo. Complementarmente, surgem, ainda, outras meta-categorias a partir de temas e categorias identificadas, como é caso das meta-categorias *Insegurança* (n = 1, 12.5%) e *Suporte emocional* (n = 1)

Desta forma, as categorias acima mencionadas espelham a responsabilidade sentida por 25% das mães reclusas face ao contexto delicado em que os seus/suas filhos/as se encontram, constituindo assim a meta-categoria *Culpabilidade*.

"É um pouco complicado... Para além do ambiente, sinto-me culpada por ela estar comigo nesta situação... sinto que lhe falhei" (Reclusa 1).

"Sinto-me mal por estar aqui... não queria que ele tivesse esta criação, mas sinto que sou a única pessoa que o trata bem Não sei como os outros o vão tratar" (Reclusa 2).

"Sinto-me culpada, porque o meu filho está a pagar por um erro que é meu..." (Reclusa 3).

Quanto à meta-categoria *Insegurança*, que representa 37.5% (n = 3), foi desenvolvida devido às categorias *Experiência solitária e limitações no exercício da maternidade devido ao contexto* (n = 1, 12.5%), *Falta de segurança* (n = 1, 12.5%) e *Desconhecimento e distanciamento familiar* (n = 1, 12.5%).

"É muito difícil... quero fazer coisas normais, que não posso fazer... ir ao parque, comprar coisas...E, ainda para mais não tenho família nenhuma neste país (etc.)" (Reclusa 4).

"Aqui é difícil... tenho sempre muito medo da segurança dela. Temo muito quando a luz se apaga" (Reclusa 5).

"Nunca tinha estado presa e nunca tinha ouvido de experiências... Sinto muito triste também por estar afastada da minha família" (Reclusa 6).

A última meta-categoria, *Suporte emocional* (n = 1, 12.5%), advinda da análise temática e organização de categorias quanto aquilo que é sentido pelas mães, é originada pela categoria *Criança como fonte de suporte* (n = 1, 12.5%)

"Não é fácil... é necessário ter fé e é ver que tenho sempre onde me apoiar" (Reclusa 8).

Tabela 2

Análise Temática do Sentimento de Ser Mãe na Prisão para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Categoria	Meta-categoria
Responsabilidade pela situação (n = 2, 25%) Desconfiança dos outros (n = 2, 25%)	Culpabilidade (n = 4, 50%)
Experiência solitária e limitações no exercício da maternidade devido ao contexto (n = 1, 12.5%) Falta de segurança (n = 1, 12.5%) Desconhecimento e distanciamento familiar (n = 1, 12.5%)	Insegurança (n = 3, 37.5%)
Criança como fonte de suporte (n = 1, 12.5%)	Suporte emocional (n = 1, 12.5%).

3.1.1.3. Influência da Criança no Comportamento

No que toca à influência no comportamento que a presença da criança tem ao longo da reclusão (Tabela 3), foram colocadas duas questões de forma a perceber e a compreender melhor a perceção destas mães. Assim, neste tópico irão estar inseridas as duas análises de conteúdo de perguntas diferentes.

A questão direcionada em perceber como é que o comportamento era influenciado pela companhia do/a filho/a tem como categorias emergentes o *Aumento do autocontrolo* (n = 2, 25%), a *Criança como fonte de suporte* (n = 2, 25%) e a *Maternidade como ocupação* (n = 2, 25%), que originaram em conjunto com outras categorias meta-categorias.

A meta-categoria *Aumento da autorregulação emocional e comportamental* (n = 4, 50%) surgiu pelas categorias *Aumento do autocontrolo* (n = 2, 25%), *Motivação* (n = 1, 12.5%) e *Preocupação com o futuro* (n = 1, 12.5%).

"Tento ser mais ponderada. Faz-me ter mais energia. Tenho algo que me faz levantar" (Reclusa 1).

"Sou muito calma, mas com ele evito certas discussões porque ele está aqui. Penso antes de agir. Tenho de pensar no futuro" (Reclusa 2).

"Muito! Acho que se não fosse ele já me tinha chateado e imposto mais vezes... Já tinha perdido a cabeça." (Reclusa 3).

A meta-categoria *Aumento da autorregulação emocional comportamental e suporte afetivo* (n = 2, 25%), decorre da categoria *Criança como fonte de suporte* (n = 2, 25%).

"Acho que me dá muita paciência...aqui é difícil, mas ajuda-me a passar o tempo" (Reclusa 4).

"O facto de ter uma companhia, muda todo o comportamento... Muitas vezes alguém quer pegar comigo e nem ligo" (Reclusa 7).

Quanto à meta-categoria *Criança como suporte afetivo* (n = 2) que representa 25% destas reclusas, foi desenvolvida a partir da categoria *Maternidade como ocupação* (n = 2).

"Depende muitos dos dias, mas é sentir que tenho alguém que me apoia. Tenho alguém em quem me focar ... Não me preocupo muito com os outros" (Reclusa 8).

Tabela 3

Análise Temática da Influência da Criança no Comportamento para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Categoria	Meta-categoria
Aumento do autocontrolo (n = 2, 25%) Motivação (n = 1, 12.5%) Preocupação com o futuro (n = 1, 12.5%)	Aumento da autorregulação emocional e comportamental (n = 4, 50%)
Criança como fonte de suporte (n = 2, 25%)	Aumento da autorregulação emocional, comportamental e suporte afetivo (n = 2, 25%)
Maternidade como ocupação (n = 2, 25%)	Criança como suporte afetivo (n = 2, 25%)

No que concerne à percepção de que a sua conduta seria diferente caso não estivessem acompanhadas pelo/a filho/a, 87.5% reconhece que teria *Influência* (n = 7), ao passo que apenas uma reclusa reconhece que não teria qualquer influência na sua conduta

"Às vezes apetece responder na mesma moeda, mas pondero mais, acho eu. Poderia falar mais alto, mas não ser agressiva" (Reclusa 2).

"Sim... era mais explosiva e dizia mais o que queria" (Reclusa 3).

"Ter um filho aqui faz-nos pensar duas vezes antes de agir" (Reclusa 7).

Tabela 4

Análise Temática da Perspetiva Geral da Influência da Criança no Comportamento para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Categoria
Influencia (n = 7, 87,5%)
Sem influencia (n = 1, 12,5%)

3.1.1.4. *Preparação dos Serviços Prisionais*

As mães reclusas com filhos/as no serviço prisional, foram questionadas relativamente às condições e preparação do EP (Tabela 5), sendo que também foram solicitadas sugestões de melhoria.

No que concerne à preparação dos serviços prisionais, as categorias emergentes são *Disponibilização de Recursos* (n = 3, 37.5%) e *Regime aberto diurno* (n = 2, 25%) das mães que se fazem acompanhar pelas crianças, que após a organização da informação deu formação à meta-categoria *Preparado* (n = 6, 75%). Inclui, ainda, a *Qualidade da interação com o corpo de guardas feminino* (n = 1, 12.5%).

“Acho que muitas crianças estão melhor aqui do que lá fora. Temos creche e serviços de saúde, o que é ótimo” (Reclusa 2).

“Temos acompanhamento clínico constante e posso sempre sair (da cela) quando quero” (Reclusa 4).

“As guardas cuidam muito de nós. Ajudam-nos. Até fazem festinhas aos bebês” (Reclusa 5).

Foram referenciadas lacunas na organização, como a *Falta de atividades aos fins de semana* (n = 1, 12.5%) e a *Falta de condições e recursos* (n = 1, 12.5%), que se agrupam na meta-categoria *Não está preparado*, que representa 25% (n = 2) das entrevistadas.

“Não têm atividades para as crianças durante o fim de semana, sendo que as mães estão muito limitadas” (Reclusa 3).

“Não estão preparados para partos, infelizmente” (Reclusa 6).

Tabela 5

Análise Temática da Perspetiva de Preparação do EP para Reclusas Acompanhadas pelas Crianças (n = 8).

Categoria	Meta-categoria
Disponibilização de recursos (n = 3, 37.5%)	
Regime aberto diurno (n = 2, 25%)	Preparado (n = 6, 75%)
Qualidade da interação com o corpo de guardas feminino (n = 1, 12.5%)	
Falta de atividades infantis aos fins de semana (n = 1, 12.5%)	Não está preparado (n = 2, 25%)
Falta de condições e recursos (n = 1, 12.5%)	

Associado às sugestões de melhoria, surge a meta-categoria *Sugestões* (n = 6, 75%) inclui as categorias *Melhoria do espaço físico* (n = 3, 37.5%), como a dimensão das celas e a *Melhoria da qualidade e quantidade da alimentação para as crianças* (n = 3, 37.5%). Quanto à meta-

categoria *Sem Sugestões* (n = 2), representa 25% deste grupo a amostra, inclui a categoria *Sem comentários*.

“As celas são muito pequenas... uma criança começa a andar e o espaço é pouco”
(Reclusa 1)

“As crianças deviam ter um parque de brincar no exterior, no jardim. Deviam também ter um canal que estivesse sempre a dar desenhos animados.” (Reclusa 3)

“Celas maiores... e a comida é má e em pouca quantidade...” (Reclusa 6).

3.1.2. Reclusas Mães com Filhos/as no Exterior

3.1.2.1. Significado de Ser Mãe

Resultante da análise temática relativamente ao significado de ser mãe no grupo constituído por reclusas mães (Tabela 6) com crianças no exterior (n = 10), conseguiu-se perceber que há categorias emergentes como o sentido de *Cuidado e responsabilidade* (n = 3) e a perceção da criança como *Fonte de suporte* (n = 2).

De acordo com as categorias encontradas, foram agrupadas em meta-categorias. Deste modo, a meta-categoria *Afeto dirigido ao/a filho/a* (n = 5, 50%) surgiu das categorias *Cuidado e responsabilidade* (n = 3) com 30 % das inquiridas a relatar essa preocupação, mas também com a perceção da *Criança como fonte de suporte* (n = 2) com 20% das respostas.

“Ser mãe é ser tudo. É ter alguém que é o meu propósito de vida...” (Reclusa 9).

“É dar tudo de nós a alguém. É um amor incondicional” (Reclusa 11).

“É deixarmos de viver para nós e vivermos em prol de alguém. Temos de fazer de tudo a pensar neles” (Reclusa 15).

Relativamente à segunda meta-categoria *Afeto recebido pelo/a filho/a* (40%), 10% das inquiridas apresentam a ideia de *Objetivo atingido* como algo que associam à maternidade. O mesmo acontece quanto ao *Sentido de posse* (n = 1, 10%) face à criança e à *Mudança pessoal* (n = 1, 10%) sentida após terem sido mães.

“É o melhor que tenho. Vivo para eles. Sempre quis ser mãe e se pudesse teria mais. É o meu sonho” (Reclusa 13).

“Tenho alguém que é meu... que me mostrou o que é amar” (Reclusa 16).

A meta-categoria *Partilha de afeto entre mãe e filho/a* (n = 1, 10%) foi desenvolvida da categoria *Sentimento de pertença* (n = 1, 10%) associado à família, com 10%, que indica uma reciprocidade de sentimentos.

“São o melhor que tenho... são para quem eu vivo. São a minha única família e apoio”
(Reclusa 10).

Tabela 6

Análise Temática do Significado de Ser Mãe para Reclusas com Filhos/as no Exterior (n = 10).

Categoria	Meta-categoria
Cuidado e responsabilidade (n = 3, 30%)	
Fonte de suporte (n = 2, 20%)	Afeto dirigido ao/a filho/a (n = 5, 50%)
Objetivo atingido (n = 1, 10%)	
Sentido de posse (n = 1, 10%)	Afeto recebido pelo/a filha (n = 4, 40%)
Mudança pessoal (n = 1, 10%)	
Orgulho/valor pessoal (n = 1, 10%)	
Sentimento de pertença (n = 1, 10%)	Partilha de afeto entre mãe e filho/a (n = 1, 10%)

3.1.2.2. *Influência da Maternidade a Nível Comportamental*

Relativamente à influência da maternidade no comportamento das mulheres reclusas 60% das inquiridas neste grupo consideram a presença das crianças como *Prejudicial* (n = 6), apontando o *Impacto do contexto instável* (n = 6, 60%) como o principal motivo, acabando por ser considerado a categoria emergente.

“Não... porque ele não tem de pagar pelos meus erros. As crianças aqui ouvem e vêem coisas que não devem” (Reclusa 12).

“Não. Ela seria muito infeliz aqui. Não merece estar aqui” (Reclusa 14).

Já a meta-categoria *Benéfico* (n = 4), tem como categorias a *Fonte de apoio* (n = 2, 20%) sentida por parte das mães caso estivessem acompanhadas pelos/as seus filhos/a e, ainda, a *Função de cuidadora* (n = 2, 20%).

“Seria a minha companhia e distração e podia acompanhá-la” (Reclusa 13).

“Sabia que o teria de proteger, mas para mim, seria muito melhor” (Reclusa 11).

“Sim, porque tinha o amor materno que um filho deve ter” (Reclusa 18).

Tabela 7

Análise Temática do Impacto da Presença que uma Criança Teria no Comportamento na Perspetiva de Reclusas com Filho/as no Exterior (n = 10).

Categoria	Meta-categoria
Impacto do contexto instável (n = 6, 60%)	Prejudicial (n = 6, 60%)
Fonte de apoio (n = 2, 20%)	Benéfico (n = 4, 40%)

Categoria	Meta-categoria
Função de Cuidadora (n = 2, 20%)	

Relativamente ao que poderia ser diferente na conduta caso estivessem acompanhadas pelas crianças (Tabela 8), 50% das inquiridas que constituem este grupo de amostra, consideram que seria *Indiferente* (n = 5).

"Sempre me afastei de conflitos e seria da mesma forma" (Reclusa 10)

"Sinto que seria igual ao que sou, porque sempre fui sossegada" (Reclusa 14).

Já 30% integram a categoria *Aumento da autorregulação emocional e comportamental* (n = 3).

"Seria muito mais calma e benevolente" (Reclusa 9).

"Acho que seria mais leve... Acho que me manteria mais focada" (Reclusa 11)

Enquanto 20% se incluem na categoria *Aumento da desregulação emocional e comportamental* (n = 2).

"Também tenho a certeza que seria mais agressiva" (Reclusa 15).

Tabela 8

Análise Temática das Diferenças no Comportamento Fase à Companhia de Um/a Filho/a na Perspetiva de Reclusas Com Filhos/ as No Exterior (n = 10).

Categoria
Indiferente na conduta (n = 5, 50%)
Aumento da autorregulação emocional e comportamental (n = 3, 30%)
Aumento da desregulação emocional e comportamental (n = 2, 20%)

3.1.2.3. *Dificuldades Sentidas No Exercício da Maternidade*

Indo ao encontro de um dos objetivos delineados, pretendeu-se perceber quais as dificuldades sentidas pelas mães reclusas cujos/as filhos/as estão no exterior, compreendendo-se que todas declaram sentir saudades associadas à *Distância afetiva e relacional* (n = 10), acabando por ser esta a única meta-categoria identificada.

Assim, consideram-se as categorias emergentes a *Incapacidade no acompanhamento no desenvolvimento do/a filho/a* (n = 4, 40%) e a *Falta de suporte* (n = 2, 20%). Esta meta-categoria incorpora, ainda, as categorias a *Incapacidade em proteger* (n = 1, 10%), *Medo de ser esquecida* (n = 1, 10%), *Medo da adoção da criança* (n = 1, 10%) e *Memórias anteriores à reclusão* (n = 1, 10%).

"As saudades são muitas. Falamos muito pouco... às vezes penso que a minha filha mais nova nem se deve lembrar de mim" (Reclusa 9).

“São muitas saudades... sinto que não as estou a conseguir acompanhar” (Reclusa 10).

“O pior são as saudades e as lembranças do que fazíamos lá fora” (Reclusa 13).

Tabela 9

Análise Temática das Dificuldades Sentidas No Exercício da Maternidade Por Parta de Reclusas com Filhos/as no Exterior (n = 10).

Categoria	Meta-categoria
Incapacidade no acompanhamento no desenvolvimento do/a filho/a (n = 4, 40%)	Distância afetiva e relacional (n = 10, 100%)
Falta da fonte de suporte (n = 2, 20%)	
Incapacidade em proteger (n = 1, 10%)	
Medo de ser esquecida (n = 1, 10%)	
Medo da adoção da criança (n = 1, 10%)	
Memórias anteriores à reclusão (n = 1, 10%)	

3.1.2.4. **Preparação dos Serviços Prisionais**

Como forma de compreender a preparação e adequação dos serviços prisionais para crianças, as reclusas com filhos/as no exterior foram questionadas quanto a esta temática, sendo-lhe solicitadas sugestões de melhoria. No que toca às categorias, a *Falta de recursos e condições* (n = 5) demonstra-se ser a categoria emergente, uma vez que a maioria das reclusas diz que o espaço na cela é bastante reduzido para duas pessoas (mãe e criança) e revelam ser um ambiente muito barulhento para as crianças. Deste modo, a categoria emergente em conjunto com outras duas categorias – *Casos de negligência por parte das mães* (n = 1, 10%) e *Mistura física com outras reclusas* (n = 1, 10%), formam a meta-categoria *Não está preparado* (n = 5), que representa 50% das reclusas deste grupo amostra.

"As celas aqui são muito frias e não têm condições... Há mães que não merecem aqui os filhos, tratam-nos mal" (Reclusa 10).

"Têm boas condições, mas as celas são pequenas e os barulhos são muito altos" (Reclusas 12).

"Estão todas misturadas... Não me faz sentido nenhum e a cela em si é muito pequena para estarem lá duas pessoas" (Reclusa 17).

No que toca à meta-categoria que representa a preparação do EP – *Preparado* – está inserida a categoria que remetem para *Condições Escolares e de Saúde* (n = 4, 40%).

"O facto de terem infantário, poderem trabalhar aqui dentro, faz com que muitas mães tenham melhores condições de vida aqui do que lá fora" (Reclusa 13).

"Sim, os meninos têm atividades, médico..." (Reclusa 15)

Conta-se, ainda, com um terceira meta-categoria – *Sem Opinião* (n = 1, 10%) associada ao desconhecimento das condições que as crianças e mães dispõem.

Tabela 10

Análise Temática da Preparação dos Serviços Prisionais na Perspetiva de Reclusas Mãe com Filhos/as no Exterior (n = 10).

Categoria	Meta-categoria
Falta de condições e recursos (n = 3, 30%)	Não está preparado (n = 5, 50%)
Casos de negligência por parte das mães (n = 1, 10%)	
Mistura física com outras reclusas (n = 1, 10%)	
Condições escolares e de saúde (n = 4, 40%)	Preparados (n = 4, 40%)
Não sabe as condições disponíveis (n = 1, 10%)	Sem Opinião (n = 1, 10%)

No que toca às sugestões associadas à melhoria e adequação dos serviços prisionais relativamente às crianças, a meta-categoria *Sugestões* (n = 7) representa 70% das mulheres inquiridas com filhos/as no exterior, ao invés a meta-categoria *Sem Sugestões* (n = 3) que engloba 30% desta amostra. De forma específica, a meta-categoria *Sugestões* surgiu no âmbito das categorias *Aumento do contacto com os/as filhos/as que estão no exterior* (n = 3, 30%), seja em termos de aumento do número de visitas como a sua integração no processo de reinserção. Inclui, também, o *Aumento de recursos, condições e vigilância* (n = 3, 30%), como o aumento do espaço físico das celas, das fraldas disponibilizadas, atividades exteriores, evitar o encerramento das celas à noite e aumento da intervenção em casos de negligência de mães com crianças dentro do EP. Por último, foi sugerida a *Alteração de penas* (n = 1, 10%) no que toca a reclusas que sejam mães.

"Os serviços prisionais deviam preocupar-se mais com as mães que têm filhos lá fora...Deviam dar-nos possibilidades de manter o vínculo" (Reclusa 9).

"As celas são muito pequenas e acho que não se deviam fechar à noite. As crianças também deviam ir mais vezes ao exterior, para que a adaptação seja mais fácil" (Reclusa 13).

3.1.3. Reclusas sem Filhos/as

3.1.3.1. Desejo em Ser Mãe

No que concerne às entrevistas feitas a mulheres reclusas sem filhos/as (n = 9), foram questionadas sobre o desejo de ser mãe e qual a sua motivação face a isso (Tabela 11). A categoria emergente foi a *Objetivo pessoal/desejo pela vivência da experiência da maternidade* (n = 5, 55.56%), sendo seguida da categoria *Afeto dirigido à criança* (n = 2, 22.22%), que juntas formam a meta-categoria *Desejo em ser mãe* (n = 7), que representa 77.78% das reclusas deste grupo de amostra.

"Sim, porque adoro crianças e sempre sonhei em ser mãe" (Reclusa 20).

“Sim, é um desejo meu. Gostava mesmo de ter essa experiência. Sinto que é deixar algo cá de nós... uma marca” (Reclusa 24).

A meta-categoria *Não tem o desejo da maternidade* (n = 2) foi desenvolvida após a análise das motivações de duas reclusas, uma associada ao facto de *Não se sentir preparada* (n = 1, 11.11%) para este passo e outra por referido ter sido por *Opção própria* (n = 1, 11.11%).

Tabela 11

Análise Temática do Desejo em Ser Mãe das Reclusas Sem Filhos/as (n = 9).

Categoria	Meta-categoria
Objetivo pessoal/ desejo pela vivência da experiência maternal (n = 5, 55.56%) Afeto dirigido à criança (n = 2, 22.23%)	Desejo em ser mãe (n = 7, 77.78%)
Opção própria (n = 1, 11.11%) Por não se sentir preparada (n = 1, 11.11%)	Não tem o desejo da maternidade (n = 2, 22.23%)

3.1.3.2. Influência da Presença de uma Criança no Comportamento

Neste âmbito foram, também, questionadas sobre os benefícios que teriam no seu comportamento caso fossem mães e tivessem a possibilidade de ser acompanhadas pela criança durante a reclusão (Tabela 12). Desta interrogação surgiu a emergência da categoria *Impacto negativo do contexto prisional na criança e preocupação constante* (n = 5, 55.56%), que integra a meta-categoria *Prejudicial para as crianças*, que representa 55.56% das opiniões das reclusas deste grupo.

“Não, porque isto não é lugar para uma criança... se tivesse aqui alguém comigo estaria sempre alerta. As crianças sofrem muito aqui” (Reclusa 19).

“Não, porque fui eu que cometi os erros e não a criança. Isto não é ambiente para ninguém” (Reclusa 22).

Ao passo que a segunda meta-categoria, *Benéfico para a mãe* (n = 3, 33.33%), é constituída pelas categorias *Fonte de suporte afetivo e distração* (n = 2) com 22.22% e *Aumento do autocontrolo e autorregulação* (n = 1), com 11.11%.

“Sim, porque me ocuparia com algo que é meu... iria preocupar-me com alguém que amo incondicionalmente. Deixar-me-ia de me preocupar com coisas supérfluas, como o tabaco ou a comida.... Apenas com aquela pessoa” (Reclusa 21).

No que toca à última meta-categoria, *Rejeição da maternidade* (n = 1), representa uma reclusa que afirma nunca ter idealizado ser mãe e por isso considerar esta questão pouco apropriada para si.

Tabela 12

Análise Temática do Impacto da Companhia de uma Criança no Comportamento na Perspetiva de Reclusas Sem Filhos/as (n = 9).

Categoria	Meta-categoria
Impacto negativo do contexto prisional na criança e preocupação constante (n = 5, 55.56%)	Prejudicial para as crianças (n = 5, 55.56%)
Fonte de suporte afetivo e distração (n = 2, 22.23%)	Benéfico para a mãe (n = 3, 33.33%)
Aumento do autocontrolo e autorregulação (n = 1, 11.11%)	
Rejeição da pertinência da questão devido à sua opção em não ser mãe (n = 1, 11.11%)	Rejeição da maternidade (n = 1, 11.11%)

3.1.3.3. Perceção da Influência da Condição Maternal no Comportamento

Foi questionado às reclusas sem filhos/as se encontravam diferenças no comportamento entre reclusas acompanhadas por crianças e reclusas com filhos/as no exterior (Tabela 13), tendo sido obtidas três meta-categorias. Paralelamente, as categorias emergentes demonstraram-se ser *Aumento da reflexão/ponderação* (n = 2, 22.22%) e *Aumento da preocupação* (n = 2, 22.22%), inseridas na meta-categoria *Aumenta do Autocontrolo* (n = 5, 55.55%).

Desta forma, a meta-categoria suprarreferida, para além de incluir as categorias emergentes, é também a que tem maior prevalência e inclui a categoria *Responsabilidade de ter uma criança* (n = 1, 11.11%)

“Sim. Quem tem filhos pensa muito mais antes de agir” (Reclusa 21).

“Sim, completamente. As mulheres com filhos cá dentro são mais contidas e até beneficiadas...” (Reclusa 22).

“Acho que sim. A mães aqui dentro comportam-se melhor. Estão mais limitadas e têm sempre alguém a seu cargo” (Reclusa 24).

No que concerne, à não influência da presença dos/as filhos/as, foi formada a categoria *Continuidade da Conduta* (n = 3, 33.33%), que se insere na meta-categoria *Sem Influência* (n = 3, 33.33%).

“Parece-me que quem quer fazer mal, vai fazê-lo e nem pensa se a vai ou não prejudicar. Acho que o próprio ambiente fazem que sejamos todas mais rápidas a responder” (Reclusa 20)

“Não há grandes diferenças, para ser honesta. Se tiverem de bater, batem e não olham, nem pensam” (Reclusa 23).

No que toca à última meta-categoria encontrada *Aumento da desregulação* (n = 1, 11.11%), destaca-se pela categoria que refere que as *Mães acompanhadas pelas crianças são mais impulsivas* (n = 1, 11.11%).

“Há diferenças. As mulheres com filhos aqui dentro tendem até a portar-se pior que as outras, porque são beneficiadas e têm certas regalias que nós, as outras não temos. Os castigos a elas não lhes custam nada. Parece que se abusam e ainda se gabam” (Reclusa 26).

Tabela 13

Análise Temática da Perceção Que as Reclusas Sem Filhos/as Têm Sobre o Impacto da Maternidade ao Longo do Cumprimento de Pena (n = 9).

Categoria	Meta-categoria
Aumento da reflexão/ponderação (n = 2, 22.23%)	
Aumento da preocupação (n = 2, 22.23%)	Aumento do autocontrolo (n = 5, 55.56%)
Responsabilidade de ter uma criança (n = 1, 11.11%)	
Continuidade da conduta (n = 3, 33.33%)	Sem influência (n = 3, 33.33%)
Mães com crianças são mais impulsivas (n = 1, 11.11%)	Aumento da desregulação (n = 1, 11.11%)

3.1.3.4. Preparação dos Serviços Prisionais

Relativamente à perspetiva das reclusas sem filhos/as, no que toca à capacidade e preparação do EP em albergar crianças que acompanham as progenitoras, surge como categoria emergente a *Disponibilização de recursos e condições* (n = 6, 66.67%), que inclui as condições disponíveis no que toca às atividades infantis, às condições de saúde e às escolares. Deste modo, a meta-categoria formada é a *Preparação* (n = 7) com 77.78%. Adicionalmente, encontra-se nesta meta-categoria a categoria *Qualidade de interação com o corpo de guardas Feminino* (n = 1, 11.11%).

"Sim! Eles aqui têm creche, clínicos, bens, roupinha, atividades... Eles aqui garantem mesmo condições" (Reclusa 24).

"Aqui são muito bem tratadas. Têm tudo... creche, fraldas..." (Reclusa 26).

No entanto, houve relatos que construíram as categorias de *Insalubridade do Contexto* (n = 1, 11.11%) e *Falta de Cuidados de Saúde Mental* (n = 1, 11.11%), que formaram a meta-categoria *Não Está Preparado* (n = 2, 22.22%).

"Não, porque este não é um ambiente bom. Muitos problemas. Não deviam mesmo estar aqui" (Reclusa 20).

"Espera-se meses e meses para apenas ter uma consulta de psicologia. Ano e meio? As mães aqui deviam merecer um melhor apoio" (Reclusa 27).

Tabela 14

Análise Temática da Perspetiva de Reclusas sem Filhos/as Quanto à Preparação dos Serviços Prisionais (n = 9).

Categoria	Meta-categoria
Disponibilização de recursos e condições (n = 6, 66.67%)	Preparado (n = 7, 77.78%)
Qualidade da interação com o corpo de guardas feminino (n = 1, 11.11%)	
Insalubridade do contexto (n = 1, 11.11%)	Não está preparado (n = 2, 22.22 %)
Falta de cuidados de saúde mental (n = 1, 11.11%)	

No que toca às sugestões apontadas, 3 reclusas não apresentaram propostas, situando-se na meta-categoria *Sem Sugestão* (n = 3), acabando por representar 33.33% deste grupo amostral. No entanto, 6 reclusas fizeram propostas, localizadas na meta-categoria *Sugestões* (66.67%). Esta que é a meta-categoria predominante, engloba as categorias *Melhoria das condições e recursos* (n = 4, 44.44%), que passa pelo aumento de celas, melhoria dos cuidados de saúde mental, do apoio económico dados às mães e evitar o encerramento das celas à noite, o *Aumento do contacto com os/as filhos/as que estão no exterior* (n = 1, 11.11%), e, ainda, *Melhorar os cuidados de saúde mental* (n = 1, 11.11%).

3.1.4. Ocorrências Disciplinares

O comportamento disruptivo é uma variável também desta investigação, pelo que se explora o número de ocorrências disciplinares e a sua tipologia.

Em termos de frequência, apesar das diferentes dimensões das amostras e anos de reclusão das participantes pertencente a cada amostra, pode-se constatar que o grupo com maior número de ocorrências disciplinares se trata do Grupo 2 (n = 10), que é constituído por mães

recluídas com filhos/as no exterior do EP, que apresentaram 29 incumprimentos de diversas naturezas, principalmente, ofensas e/ou desacatos com pares. Neste seguimento, o Grupo 3 (n = 9), apresenta a segunda maior frequência, com 22 ocorrências disciplinares, ao passo que o Grupo 1, apenas evidencia duas situações caracterizadas por incumprimentos.

Relativamente à tipologia, a ocorrência com maior prevalência é a conflitualidade entre pares (desacatos, ofensas e agressões de e entre reclusas), sendo que todos os grupos apresentam esta ocorrência. O Grupo 2 (n = 12) e o Grupo 3 (n = 7) apresentam números mais elevados quando comparados com o Grupo 1 (n = 2). Apesar de todos os episódios se tratarem de transgressões regulamentares, consideram-se incumprimentos ligeiros das regras, questões como o desrespeito de horários, celebração de negócios ilícitos associados a vestuário, apropriação de objetos individuais de outras reclusas e posse de artigos não autorizados. Esta infração é a segunda mais frequente que ocorre em todos os grupos de amostra em frequências diferentes, começando pelo Grupo 3 (n = 8), seguido pelo Grupo 2 (n = 7) e Grupo 1 (n = 1). A posse e consumo de estupefacientes demonstra também ser uma conduta prevalente nesta população, apresentando frequências relevantes nos Grupos 2 (n = 4) e 3 (n = 1). A adoção de uma conduta agressiva com técnicos, desde guardas prisionais a profissionais de saúde é também contabilizada nestes dois grupos, incluindo assim ofensas, desrespeito à autoridade e tentativas de agressão.

Tabela 15

Análise Temática e Caracterização das Ocorrências Disciplinares de Cada Grupo de Amostra (n = 27)

Grupo amostral	Tipo de Ocorrência Disciplinar	n
Reclusas com filhos/as no EP (Grupo 1)	Incumprimento ligeiro das regras	1
	Conflitualidade entre pares	1
	Total	2
Reclusas com filhos/as no exterior (Grupo 2)	Posse de estupefacientes	4
	Consumo de estupefacientes	4
	Incumprimento ligeiro das regras	7
	Conflitualidade entre pares	12
	Comportamentos agressivos com técnicos	2
Total		29
Reclusas sem filhos/as (Grupo 3)	Posse de estupefacientes	1
	Consumo de estupefacientes	1
	Incumprimento ligeiro das regras	8
	Conflitualidade entre pares	7
	Comportamentos agressivos com técnicos	5
Total		22

3.1.5. Comparação da Análise Qualitativa dos Diferentes Grupos

Várias foram as questões colocadas aos diferentes grupos, tal como as respostas dadas e analisadas, considerando-se assim relevante e enriquecedora a comparação entre conteúdos.

No que diz respeito ao significado de maternidade, tanto as reclusas mães acompanhadas pelas crianças como as reclusas com filhos/as no exterior, consideram maioritariamente a maternidade como o *Afeto dirigido ao/à filho/filha*, sendo esta a meta-categoria predominante em ambos os grupos, que acaba por também incluir categorias com temáticas semelhantes como a responsabilidade, o cuidado e fonte de suporte. Paralelamente a isto, foi formada a meta-categoria *Afeto recebido pelo/a filho/a*, em ambos os grupos, mas com menor frequência, que é constituída por categorias como *Mudança pessoal* e *Objetivo atingido*. Assim, apesar das diferenças no que toca à localização do/da filho/a, os dois grupos, quando comparados no que toca ao significado de maternidade, são muito semelhantes. Associado a esta temática, o Grupo 3 foi questionado sobre o desejo da maternidade, que remeteu interesse neste marco, acabando por incluir algumas categorias já supramencionadas – *Objetivo a atingir* e *Afeto dirigido à criança* – o que revela que as noções de maternidade entre grupos são idênticas.

Complementarmente às questões sobre a maternidade, as mães reclusas pertencentes ao Grupo 1, foram questionadas sobre os sentimentos associados ao exercício da maternidade num contexto tão específico como é o prisional. As mesmas acabaram por relatar *Culpabilidade* e *Insegurança*. Deste modo, estes sentimentos podem ser justificados pelas próprias categorias que as originaram como meta-categorias, como é o caso da *Responsabilidade pela situação*, *Desconfiança dos outros* e/ou *Falta de segurança* e *Desconhecimento*.

Neste âmbito, foi questionado às mães com filhos/as no exterior quais as dificuldades sentidas advindas da sua reclusão no seu exercício da maternidade, sendo que todos os aspetos apontados se incluíram numa só meta-categoria. A *Incapacidade no acompanhamento no desenvolvimento* e *Proteção* das crianças, a *Falta de fonte de suporte*, o *Medo de ser esquecida*, mas também receio da *Adoção da criança* são os aspetos referidos como principais problemas encontrados.

Outro tópico passível de comparação é a perceção que cada grupo tem sobre a influência que o exercício da maternidade ao longo da reclusão tem no comportamento, sendo que após análise constaram-se divergências. Enquanto o Grupo 1 e o 3 revelam que o acompanhamento das crianças influencia de forma positiva o comportamento das mães, proporcionando um *Aumento do autocontrolo* e um *Aumento da preocupação* e, conseqüentemente, a predominância da meta-categoria *Aumento da autoregulação emocional e comportamental*. O Grupo 2 demonstra que para além de considerar o contexto prisional como instável e prejudicial para criança, a presença da mesma não influenciaria o seu comportamento. Apesar de ter menor frequência, surge, também, no Grupo 2 e 3 a ideia de que o exercício da maternidade durante o período de

cumprimento de pena, *Aumenta a desregulação comportamental*, apontando a diminuição do autocontrole como motivo principal.

Relativamente ao entendimento da preparação do EP para que as crianças acompanhem as progenitoras, as perspetivas também se demonstram dispares, uma vez que tanto o Grupo 1 como o 3 têm como meta-categoria predominante *Preparado*, enquanto o Grupo 2 defende maioritariamente o contrário. No que se refere aos aspetos comuns, todos os grupos referem como aspetos positivos a disponibilização de boas condições escolares e de saúde, e como aspetos negativos o barulho e instabilidade do contexto. Todavia, enquanto o Grupo 1 e 3 enumeram mais características positivas, o Grupo 3 demonstra foca-se nas lacunas.

Em termos de sugestões de melhoria, os três grupos de reclusas apresentaram percentagens maiores que 50% no que toca à meta-categoria *Sugestões*, principalmente no que toca às categorias *Melhoria dos recursos e condições*, como o aumento e melhoramento do espaço físico das celas e aumento das atividades para crianças. A necessidade de *aumentar o contacto e integração dos/as filhos/as que estão no exterior* no processo de reclusão, a alteração da tipologia das condenações e a suspensão do encerramento das celas à noite, foram ainda, aspetos que tanto o Grupo 2 como 3 referiram.

No que toca ao tipo e frequência de ocorrências disciplinares e, conseqüente, comportamento disruptivo, as reclusas mães que não são acompanhadas pelas crianças no EP (Grupo 2) apresentam não só o maior número de ocorrências, como maior gravidade. Evidenciando, por isso, um baixo autocontrole, algo que poderá estar relacionado com as saudades e distâncias física e afetiva dos/as filhos/as referidas, contribuindo assim para o aumento da desregulação emocional.

Assim, através da análise do conteúdo e mantendo as proporções dos diferentes grupos em mente, pode-se verificar que ser acompanhada pelo/a filho/a ao longo do período de reclusão poderá ser um fator protetor de uma conduta correta e uma melhor adaptação ao contexto. Não só as reclusas com crianças dentro do EP evidenciam menor número de ocorrências disciplinares e em menor gravidade do que os outros grupos, como os três grupos de reclusas mencionam esse aspeto como um fator para o aumento do autocontrole. De forma mais detalhada, tanto o grupo de reclusas com filhos/as no exterior, como as reclusas sem filhos/as, apesar das diferenças nas frequências, manifestam que o acompanhamento de crianças tende a aumentar a ponderação e preocupação, muito associado ao senso de responsabilidade. Algo que é reiterado por reclusas mães com crianças dentro do EP, na medida em que reconhecem que para além de ser uma companhia, acaba por ser uma fonte de motivação e preocupação, fazendo por isso com que se foquem apenas naquele objeto – a criança. Complementarmente ao exposto, o sentido de prioridade dado às crianças pelas mães, acaba por estar associado à noção de culpabilidade e responsabilidade pela situação.

3.2. Análise Quantitativa

A fase quantitativa foi operacionalizada com recurso ao programa SPSS (IBM SPSS Statistics versão 28, 2021). Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva (Tabela 16), onde se analisaram as médias, mínimos e máximos alcançados pelos três grupos. Posteriormente, procedeu-se à análise exploratória dos dados, que passou por testes de normalidade e homogeneidade, onde se verificou que alguns itens não cumpriam uma distribuição normal, acabando assim por se demonstrar necessário recorrer a testes não paramétricos, mais especificamente ao teste Kruskal-Wallis (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). Para efeitos de estudo, foram apenas utilizadas as pontuações finais de cada um dos instrumentos de avaliação.

Numa segunda fase da análise quantitativa, procedeu-se à junção do Grupo 2 com o Grupo 3 (Grupo 2 + Grupo 3 - mulheres sem filhos na prisão), de modo a explorar se ser acompanhada por crianças é ou uma variável determinante para a análise das variáveis em estudo. Foram realizados os necessários testes de normalidade e homogeneidade, que demonstraram a inexistência das condições de distribuição e homocedasticidade, pelo que mais uma vez, foram aplicados os testes não-paramétricos (*Mann-Whitney* e teste de soma dos postos de *Wilcoxon*).

Parte I – Análise Quantitativa dos Três Grupos de Amostra Independentes

3.2.1 Estatística Descritiva

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, considerou-se pertinente a exposição da análise da estatística descritiva obtida (Tabela 16), que realça as diferenças entre grupos nos diversos instrumentos de avaliação.

Tabela 16

Estatística descritiva dos itens do SQIFA e do 23 QVS e da pontuação obtida da EA Controlo, assim como das variáveis Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade das Ocorrências.

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
SQIFA Álcool	Média	.29	.00	.00
	Mediana	.00	.00	.00
	Variância	.21	.00	.00
	Er. padrão	.46	.00	.00
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	1	0	0
SQIFA Drogas	Média	.00	.00	.00
	Mediana	.00	.00	.00
	Variância	.00	.00	.00
	Er. padrão	.00	.00	.00

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
	Mínimo	.00	0	0
	Máximo	.00	0	0
SQIFA	Média	1.25	1.70	1.89
Depressão	Mediana	1.00	1.50	2.00
	Variância	1.93	1.57	1.61
	Er. padrão	1.39	1.25	1.27
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	4	3	4
SQIFA Exp.	Média	1.50	1.80	2.33
Traumáticas	Mediana	1.00	2.00	2.00
	Variância	2.57	1.96	3.00
	Er. padrão	1.60	1.39	1.73
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	4	4	4
SQIFA	Média	1.25	1.80	2.22
Ansiedade/Stress	Mediana	1.00	2.00	2.00
	Variância	1.07	2.18	1.94
	Er. padrão	1.04	1.48	1.39
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	3	4	4
SQIFA D.	Média	.25	.40	.78
autoinfligido ^a	Mediana	0	.00	.00
	Variância	.50	.49	1.94
	Er. padrão	.71	.69	1.39
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	2	2	4
SQIFA Trat.	Média	.25	.90	.78
Prévio ^b	Mediana	0	1.00	1.00
	Variância	.21	.100	.19
	Er. padrão	.46	.32	.44
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	1	1	1
SQIFA	Média	.13	.90	.89
Medicação	Mediana	0	1.00	1.00
	Variância	.13	.100	.111
	Er. padrão	.235	.316	.33
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	1	1	1
SQIFA Ag.	Média	0	.00	.00
Psic. ^c / PHDA ^e	Mediana	0	.00	.00
	Variância	0	.00	.00
	Er. padrão	0	.00	.00
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	0	0	0

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
SQIFA Sint.	Média	.63	.40	.44
Psicóticos ^d	Mediana	1	.00	.00
	Variância	.27	.27	.53
	Er. padrão	.52	.52	.73
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	1	0	2
	Total SQIFA	Média	5.50	7.90
	Mediana	3.50	8.00	9.00
	Variância	19.71	21.88	22.78
	Er. padrão	4.40	4.68	4.77
	Mínimo	1	1	2
	Máximo	12	15	17
23 QVS Fator 1	Média	13.75	11.00	9.56
	Mediana	13.00	11.50	10.00
	Variância	42.21	26.22	24.53
	Er. padrão	6.50	5.121	4.95
	Mínimo	5	4	2
	Máximo	23	19	16
23 QVS Fator 2	Média	14.50	16.40	15.00
	Mediana	15	17.50	15.00
	Variância	12.29	15.38	14.00
	Erro padrão	3.51	3.92	3.742
	Mínimo	8	9	9
	Máximo	18	20	20
23 QVS Fator 3	Média	5.50	4.20	4.67
	Mediana	7	4.00	4.00
	Variância	12.29	7.733	10.25
	Er. padrão	3.51	2.781	3.20
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	8	8	8
23 QVS Fator 4	Média	5.88	4.90	5.89
	Mediana	7	5.00	7.00
	Variância	6.98	8.77	7.611
	Er. padrão	2.64	2.96	2.76
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	8	8	8
23 QVS Fator 5	Média	7.13	7.00	6.00
	Mediana	7.50	7.00	5.00
	Variância	11.55	10.22	12.50
	Er. padrão	3.40	3.19	3.54
	Mínimo	2	3	0
	Máximo	12	12	11
23 QVS Fator 6	Média	6.38	5.30	9.33

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
	Mediana	7	4.50	9.00
	Variância	24.84	14.68	3.00
	Er. padrão	4.98	3.83	1.73
	Mínimo	0	0	7
	Máximo	13	11	12
23 QVS Fator 7	Média	7.75	5.60	8.00
	Mediana	8	5.00	9.00
	Variância	8.21	12.71	9.50
	Er. padrão	2.87	3.66	3.082
	Mínimo	4	0	3
	Máximo	11	12	12
Total 23 QVS	Média	60.25	54.40	58.44
	Mediana	62.50	53.00	58.00
	Variância	397.64	251.38	198.78
	Er. padrão	19.94	15.86	14.01
	Mínimo	33	34	31
	Máximo	83	76	81
Total EA	Média	60.25	60.90	53.33
Controlo	Mediana	57	59.50	64.00
	Variância	185.93	170.77	294.75
	Er. padrão	13.64	13.07	17.17
	Mínimo	45	43	33
	Máximo	84	80	77
Número de	Média	.25	2.80	2.56
ocorrências	Mediana	.00	1.50	.00
disciplinares	Variância	.50	9.96	15.28
	Er. padrão	.71	3.16	3.91
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	2	9	9
Gravidade das	Média	.25	3.30	1.44
ocorrências	Mediana	.00	3.00	.00
disciplinares	Variância	.50	9.12	8.78
	Er. Padrão	.71	3.02	2.96
	Mínimo	0	0	0
	Máximo	2	7	8

^a – Dano autoinfligido; ^b - Tratamento prévio; ^c – Agitação Psicomotora; ^d – Sintomatologia Psicótica; e – Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção

3.2.2 SQIFA

No que diz respeito ao SQIFA, os três grupos não obtiveram distribuição normal nos itens ligados ao *álcool*, ao *dano autoinfligido*, ao *tratamento prévio*, *medicação* e à *sintomatologia de PHDA*, sendo que o Grupo 2 também obteve um $p < .05$ no item *depressão* e o Grupo 3 na *ansiedade*. No entanto, verificou-se uma distribuição normal ($p > .05$) para o *total SQIFA* e para

os itens *depressão, experiências traumáticas e ansiedade/stress* no Grupo 1, ao passo que no Grupo 2 foi detetada distribuição normal no *total SQIFA, experiências traumáticas e ansiedade/stress*. O Grupo 3 teve uma distribuição normal no *total SQIFA, experiências traumáticas e depressão* (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). Existem itens cujas respostas não foram assinaladas, facto pelo qual não foram possíveis de ser calculados.

Tabela 17

Teste de Normalidade do SQIFA através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n = 10) e Grupo 3 (n = 9).

	Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
SQIFA Álcool	.57	8	<.001	a)	10	a)	a)	9	a)
SQIFA Drogas	a)	8	a)	a)	10	a)	a)	9	a)
SQIFA Depressão	.86	8	.11	.83	10	.03	.95	9	.66
						4			
SQIFA Exp. traumáticas	.84	8	.08	.88	10	.12	.82	9	.04
SQIFA Ansiedade/Stress	.92	8	.41	.89	10	.16	.94	9	.56
SQIFA D. autoinfligido ^b	.42	8	<.001	.65	10	<.001	.66	9	<.001
SQIFA Trat. Prévio ^c	.57	8	<.001	.37	10	<.001	.54	9	<.001
SQIFA Medicação	.42	8	<.001	.37	10	<.001	.39	9	<.001
SQIFA Ag.Psic. ^d /PHDA ^e	a)	8	a)	a)	10	a)	a)	9	a)
SQIFA Sint. Psicóticos ^e	.64	8	<.001	.64	10	<.001	.68	9	<.001
Total SQIFA	.84	8	.08	.96	10	.76	.97	9	.92

a) - Não foi calculado por não terem sido assinaladas quaisquer respostas a estes itens; ^b - Dano autoinfligido; ^c - Tratamento prévio; ^d - Agitação Psicomotora; ^e - Sintomatologia Psicótica; ^e - Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção

Aa homogeneidade de variâncias não foi possível de ser calculada por não existirem pares de dispersão exclusivos suficientes.

3.2.3 23 QVS

No que diz respeito ao Grupo 1, não se verificou uma distribuição normal ($p < .05$) nos fatores 3 e 4. Relativamente ao *score* total e aos fatores 1, 2, 5, 6, 7 obteve-se uma distribuição normal ($p > .05$). O Grupo 2 apresentou uma distribuição normal de todas estas variáveis, ao passo que na

amostra do Grupo 3, obteve uma distribuição normal em todos os fatores menos no 4 (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011).

Tabela 18

Teste de Normalidade do 23QVS através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n = 10) e Grupo 3 (n = 9).

	Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
23 QVS F1	.96	8	.80	.94	10	.60	.93	9	.54
23 QVS F2	.89	8	.28	.86	10	.08	.96	9	.81
23 QVS F3	.71	8	.003	.91	10	.29	.87	9	.12
23 QVS F4	.77	8	.01	.89	10	.20	.80	9	.02
23 QVS F5	.96	8	.87	.90	10	.22	.92	9	.46
23 QVS F6	.92	8	.47	.91	10	.30	.92	9	.39
23 QVS F7	.88	8	.22	.96	10	.83	.94	9	.59
Total 23 QVS	.89	8	.26	.91	10	.29	.96	9	.87

23 QVS F1 – Perfeccionismo e intolerância à frustração; 23 QVS F2 – Inibição e dependência funcional; 23 QVS F3 – Carência de apoio social; 23 QVS F4 – Condições de vida adversas; 23 QVS F5 – Dramatização da existência; 23 QVS F6 – Subjugação; 23 QVS F7 – Privação de afeto e rejeição.

O teste de homogeneidade de variâncias foi impossível de calcular também devido ao facto de não existirem pares de dispersão exclusivos suficientes.

3.2.4 Escala de Baixo Autocontrolo

No Grupo 1 verificou-se uma distribuição normal para o score total, com $p = .35$, sendo similar ao Grupo 2, que também demonstra ter uma distribuição normal com $p = .406$ ($p > .05$). O Grupo 3, apresenta $p = .11$, o que também indica uma distribuição normal (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). A homogeneidade de variâncias neste instrumento foi impossível de cálculo, devido à inexistência de pares de dispersão exclusivos suficientes.

Tabela 19

Teste de Normalidade da EA Controlo através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n = 10) e Grupo 3 (n = 9).

	Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Total EA Controlo	.91	8	.35	.92	10	.40	.86	9	.11

3.2.5 Número e Gravidade de Ocorrências Disciplinares

No que toca ao *Número de ocorrências disciplinares*, o Grupo 1 e o Grupo 3 não obtiveram distribuições normais, uma vez que têm $p > .05$. Já o Grupo 2 tem uma distribuição normal, pois tem $p = .05$, ($p > .05$). Relativamente, à variável *Gravidade das ocorrências disciplinares*, verificou-se que nenhum dos três grupos de amostra obtiveram uma distribuição normal ($p < .05$) (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011).

Tabela 20

Teste de Normalidade das variáveis Número de ocorrências disciplinares e Gravidade das ocorrências disciplinares através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 (n = 10) e Grupo 3 (n = 9).

	Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Nº de ocorrências disciplinares	.41	8	<.001	.84	10	.05	.67	9	<.001
Gravidade das Ocorrências Disciplinares	.41	8	<.001	.83	10	.04	.57	9	<.001

Verificou-se, também, que não foi possível calcular a homogeneidade das variáveis em questão.

De acordo com os resultados obtidos nos testes de normalidade e devido à incapacidade de cálculo das homogeneidade das variâncias das diferentes variáveis a analisar nos três grupos de amostra, percebe-se que não há homocedasticidade nem distribuição normal em todos. Adicionalmente a isto, a investigação apresenta uma dimensão da amostra reduzida, por isso existe a necessidade de se recorrer a testes não-paramétricos (Field, 2009; Martins, 2011), principalmente ao teste *Kruskal-Wallis* (Tabela 25) para a análise exploratória dos dados, uma vez que também é o mais apropriado para comparação de três ou mais grupos de amostras independentes (Martins, 2011).

Deste modo e tendo em conta o supramencionado, constatou-se que não existem diferenças significativas entre os três grupos de amostra para o nível de significância estatística de 5% ($p > .05$), no que toca à pontuação *Total SQIFA* ($p = .26$), à pontuação *Total 23 QVS* ($p = .71$), à pontuação *Total EA Controlo* ($p = .97$) e quanto ao *Número de ocorrências* ($p = .08$). Algo que não se verificou, no que toca à *Gravidade das ocorrências disciplinares*, uma vez que $p = .03$ ($p < .05$), indicando que existem diferenças significativas entre as três amostras. No entanto, se for considerado um nível de significância estatística de 10% ($p > .10$), surgem diferenças significativas entre grupos no *Número de ocorrências disciplinares* e na *Gravidade das ocorrências*, pois $p < .10$.

De seguida, foram efetuadas comparações pelo Método *Pairwise* quanto à *Gravidade das ocorrências disciplinares* (Tabela 26, Figura 6), onde se constatou existirem diferenças significativas entre as reclusas do Grupo 1 e as do Grupo 2 ($p = .01, p < .05$). Apesar de não ser considerada uma diferença significativa seguindo o nível de significância estatística de 5%, a comparação entre o Grupo 2 e o Grupo 3 apresenta um $p = .06$. Assim, se fosse considerado um nível de significância estatística de 10% ($p = .10$), ambas as variáveis demonstrariam diferenças significativas.

Sumariamente, não foram encontradas diferenças significativas no que toca à pontuação obtida nos instrumentos de avaliação passados aos três grupos de amostra, e encontraram-se diferenças consideráveis no que diz respeito às ocorrências disciplinares ($p < .10$) e à sua gravidade ($p < .05$).

Tabela 21

Teste de Hipóteses das variáveis Total SQIFA, Total 23 QVS, Total EA Controlo, Número de Ocorrências Disciplinares e Gravidade de Ocorrências Disciplinares entre os três grupos de amostra (n = 27).

	Estatística do teste	Grau de liberdade	Sinal assintótico ^c
Total SQIFA	2.68	2	.26 ^{a,b}
Total 23 QVS	.67	2	.71 ^{a,b}
Total EA Controlo	.04	2	.97 ^{a,b}
Nº de ocorrências disciplinares	4.98	2	.08 ^{a,b}
Gravidade das ocorrências disciplinares	6.76	2	.03

^a – A estatística do teste está ajustada para empates; ^b – Comparações Múltiplas não são realizadas, pois o teste inteiro não apresenta diferenças significativas; ^c – O nível de significância é .050

Figura 1

Amostras Independentes de Teste Kruskal-Wallis do Total SQIFA.

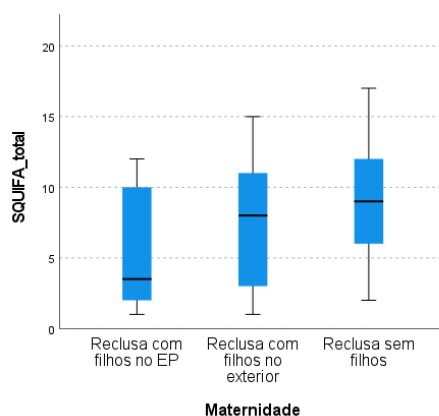


Figura 2

Amostras Independentes de Teste Kruskal-Wallis do Total 23QVS.

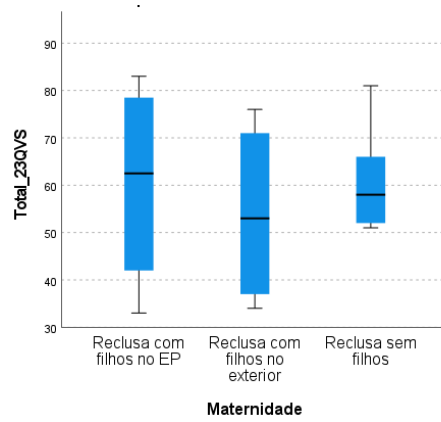


Figura 3

Amostras Independentes de Teste Kruskal-Wallis do Total EA Controle.

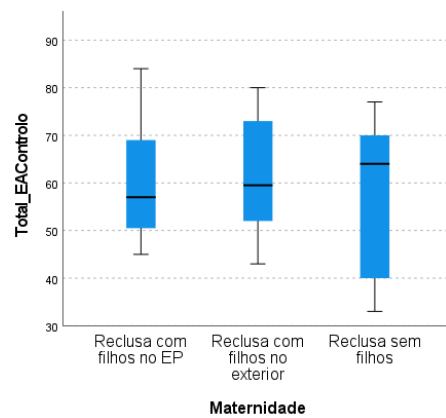


Figura 4

Amostras Independentes de Teste Kruskal-Wallis do Número de Ocorrências Disciplinares.

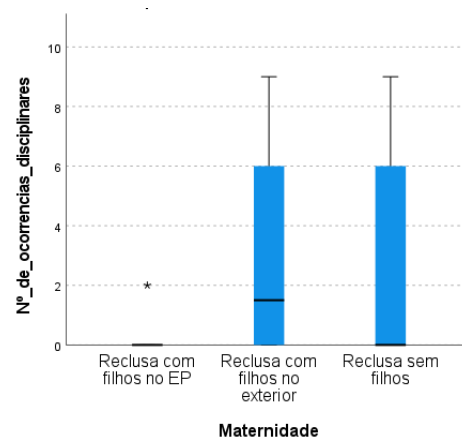


Figura 5

Amostras Independentes de Teste Kruskal-Wallis do Gravidade das Ocorrências Disciplinares.

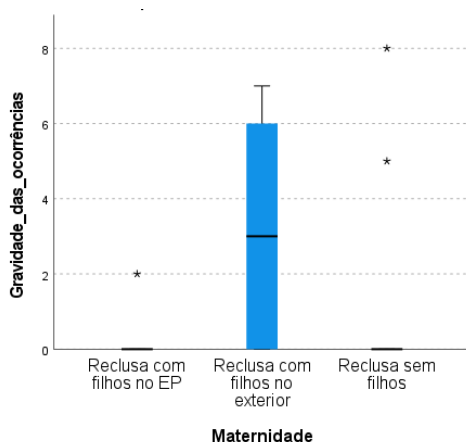


Tabela 22

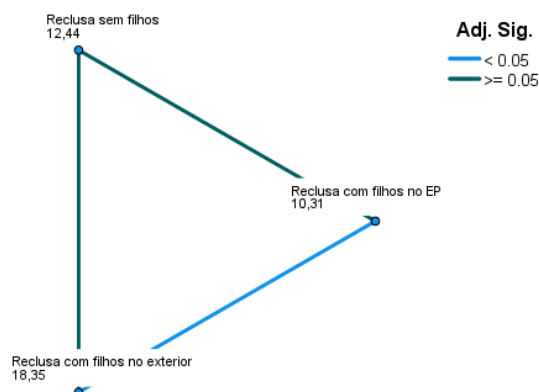
Método Pairwise da Gravidade das ocorrências disciplinares de acordo com os diferentes grupos.

	Estatística de Teste	Erro Padrão	Estatística de Teste Padrão	Sig.	Adj. Sig. ^a
Grupo 1 – Grupo 2	-8.03	3.26	-2.46	.01	.04
Grupo 1 – Grupo 3	-2.13	3.34	-.63	.52	1.00
Grupo 2 – Grupo 3	5.90	3.15	1.87	.06	.18

^a – Os valores de significância foram ajustados pela correção Bonferroni para vários testes; Cada linha testa a hipótese nula em que as distribuições das amostras são iguais. As significâncias assintóticas são exibidas. O nível de significância é .050.

Figura 6

Representação do Método Pairwise da Gravidade das ocorrências disciplinares de acordo com os diferentes grupos.



Parte II – Análise Quantitativa de Dois Grupos de Amostra

Tal como referido, inicialmente, como forma de enriquecer esta investigação e compreender de forma mais detalhada o impacto da maternidade durante a reclusão e como o acompanhamento da criança pode interferir no comportamento das reclusas, procedeu-se ao agrupamento do Grupo 2 com o Grupo 3 (mulheres sem filhos na prisão), comparando-o como o Grupo 1 (mulheres com a companhia dos filhos na prisão).

3.2.6 Estatística Descritiva

Abaixo é exposta a análise da estatística descritiva obtida após a formação do Grupo 2 + Grupo 3 (Tabela 23), que acaba por demonstrar as diferenças entre grupos nos instrumentos de avaliação aplicado, assim como os itens integrantes e variáveis estudadas nesta investigação.

Tabela 23

Estatística descritiva dos itens do SQIFA, do 23 QVS e da pontuação obtida da EA Controlo, assim como das variáveis Número de ocorrências disciplinares e Gravidade das ocorrências disciplinares do Grupo 1 (n = 8) e do Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

		Grupo 1	Grupo 2 + Grupo 3
SQIFA Álcool	Média	.29	.00
	Mediana	.00	.00
	Variância	.214	.00
	Er. padrão	.463	.00
	Mínimo	0	0
	Máximo	1	0
SQIFA Drogas	Média	.00	.00
	Mediana	.00	.00
	Variância	.00	.00
	Er. padrão	.00	.00
	Mínimo	.00	0
	Máximo	.00	0
SQIFA Depressão	Média	1.25	1.79
	Mediana	1.00	2.00
	Variância	1.93	1.50
	Er. padrão	1.39	1.22
	Mínimo	0	0
	Máximo	4	4
SQIFA Exp. Traumáticas	Média	1.50	2.05
	Mediana	1.00	2.00
	Variância	2.57	2.38
	Er. padrão	1.60	1.545

		Grupo 1	Grupo 2 + Grupo 3
	Mínimo	0	0
	Máximo	4	4
SQIFA Ansiedade/Stress	Média	1.25	2.00
	Mediana	1.00	2.00
	Variância	1.07	2.00
	Er. padrão	1.04	1.41
	Mínimo	0	0
	Máximo	3	4
SQIFAD. autoinfligido ^a	Média	.25	.58
	Mediana	0	.00
	Variância	.50	1.14
	Er. padrão	.71	1.07
	Mínimo	0	0
	Máximo	2	4
SQIFA Trat. Prévio ^b	Média	.25	.84
	Mediana	0	1.00
	Variância	.21	.14
	Er. padrão	.46	.37
	Mínimo	0	0
	Máximo	1	1
SQIFA Medicação	Média	.13	.89
	Mediana	0	1.00
	Variância	.12	.09
	Er. padrão	.23	.31
	Mínimo	0	0
	Máximo	1	1
SQIFA Ag.Psic. ^c /PHDA ^e	Média	0	.00
	Mediana	0	.00
	Variância	0	.00
	Er. padrão	0	.00
	Mínimo	0	0
	Máximo	0	0
SQIFA Sint. Psicóticos ^d	Média	.63	.42
	Mediana	1	.00
	Variância	.26	.36
	Er. padrão	.51	.60
	Mínimo	0	0
	Máximo	1	2
Total SQIFA	Média	5.50	8.63
	Mediana	3.50	9.00
	Variância	19.71	21.69
	Er. padrão	4.40	4.65
	Mínimo	1	1
	Máximo	12	17

		Grupo 1	Grupo 2 + Grupo 3
23 QVS Fator 1	Média	13.75	10.32
	Mediana	13.00	11.00
	Variância	42.21	24.56
	Er. padrão	6.50	4.95
	Mínimo	5	2
	Máximo	23	19
23 QVS Fator 2	Média	14.50	15.74
	Mediana	15	16.00
	Variância	12.28	14.42
	Er. padrão	3.50	3.79
	Mínimo	8	9
	Máximo	18	20
23 QVS Fator 3	Média	5.50	4.42
	Mediana	7	4.00
	Variância	12.29	8.48
	Er. padrão	3.51	2.91
	Mínimo	0	0
	Máximo	8	8
23 QVS Fator 4	Média	5.88	5.37
	Mediana	7	6.00
	Variância	6.98	8.02
	Er. padrão	2.64	2.88
	Mínimo	0	0
	Máximo	8	8
23 QVS Fator 5	Média	7.13	6.53
	Mediana	7.50	6.00
	Variância	11.55	10.93
	Er. padrão	3.40	3.30
	Mínimo	2	0
	Máximo	12	12
23 QVS Fator 6	Média	6.38	7.21
	Mediana	7	8.00
	Variância	24.84	12.95
	Er. padrão	4.98	3.59
	Mínimo	0	0
	Máximo	13	12
23 QVS Fator 7	Média	7.75	6.74
	Mediana	8	6.00
	Variância	8.21	12.09
	Er. padrão	2.87	3.47
	Mínimo	4	0
	Máximo	11	12
Total 23 QVS	Média	60.25	56.32
	Mediana	62.50	54.00

		Grupo 1	Grupo 2 + Grupo 3
Total EAControlo	Variância	397.64	218.33
	Er. padrão	19.94	14.77
	Mínimo	33	31
	Máximo	83	81
	Média	60.25	59.68
	Mediana	57	64.00
	Variância	185.92	218.11
	Er. padrão	13.63	14.76
	Mínimo	45	33
	Máximo	84	80
Número de ocorrências disciplinares	Média	.25	2.68
	Mediana	.00	1.00
	Variância	.50	11.78
	Er. padrão	.71	3.43
	Mínimo	0	0
	Máximo	2	9
	Média	.25	2.42
Gravidade das ocorrências disciplinares	Mediana	.00	.00
	Variância	.50	9.36
	Er. Padrão	.70	3.06
	Mínimo	0	0
	Máximo	2	8

^a – Dano autoinfligido; ^b - Tratamento prévio; ^c – Agitação Psicomotora; ^d – Sintomatologia Psicótica; e – Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção.

3.2.7 SQIFA

Quanto a este instrumento, ambos os grupos não obtiveram uma distribuição normal nos itens associados às variáveis *dano autoinfligido*, *tratamento prévio*, *medicação* e *sintomas ligados à PHDA*, uma vez que obtiveram $p < .05$ (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). Especificamente, o Grupo 1 obteve uma distribuição normal ($p > .05$) no que toca às variáveis *depressão* ($p = .11$), *ansiedade/stress* ($p = .40$) e, ainda, no *total SQIFA* ($p = .08$). Relativamente ao Grupo 2 + Grupo 3, apenas obtiveram distribuição normal no *total SQIFA* ($p = .62$). Tal como aconteceu anteriormente, alguns dos itens não foram possíveis de ser calculados pela inexistência de respostas.

Tabela 24

Teste de Normalidade do SQIFA através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

	Grupo 1			Grupo 2 + Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Álcool	.566	8	<.001	a)	19	a)

	Grupo 1			Grupo 2 + Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Drogas	a)	8	a)	a)	19	a)
Depressão	.85	8	.11	.89	19	.04
Exp. traumáticas	.84	8	.08	.85	19	.01
Ansiedade/Stress	.91	8	.40	.89	19	.04
D. autoinfligido ^b	.41	8	<.001	.62	19	<.001
Trat. Prévio ^c	.56	8	<.001	.44	19	<.001
Medicação	.41	8	<.001	.36	19	<.001
Ag.Psic./PHDA ^d	a)	8	a)	a)	19	a)
Sint. psicóticos ^e	.64	8	<.001	.68	19	<.001
Total SQIFA	.84	8	.08	.96	19	.68

a) - Não foi calculado por não terem sido assinaladas quaisquer respostas a estes itens; b – Dano autoinfligido; c - Tratamento prévio; d – Agitação Psicomotora; e – Sintomatologia Psicótica; e - Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção.

A homogeneidade de variâncias não foi passível de ser calculada, uma vez que não há pares de dispersão suficientes para a estatística de Levene.

3.2.8 23 QVS

Como visto acima, o Grupo 1 obteve distribuição normal no *Total 23 QVS* e nos fatores 1, 2, 5, 6, 7 ($p > .05$), o que não se verificou nos fatores 3 e 4 ($p < .05$). O mesmo se verificou na junção dos dois grupos, que só obteve uma distribuição normal no *Total 23 QVS* e itens referidos acima (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011).

Tabela 25

Teste de Normalidade do 23 QVS através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n =19).

	Grupo 1			Grupo 2 + Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
23 QVS F1	.95	8	.80	.95	19	.49
23 QVS F2	.89	8	.28	.90	19	.05
23 QVS F3	.71	8	.01	.87	19	.01
23 QVS F4	.77	8	.01	.83	19	.01
23 QVS F5	.96	8	.87	.93	19	.22
23 QVS F6	.92	8	.47	.91	19	.09
23 QVS F7	.88	8	.22	.95	19	.48
Total 23 QVS	.89	8	.26	.95	19	.55

23 QVS F1 – Perfeccionismo e intolerância à frustração; 23 QVS F2 – Inibição e dependência funcional; 23 QVS F3 – Carência de apoio social; 23 QVS F4 – Condições de vida adversas; 23 QVS F5 – Dramatização da existência; 23 QVS F6 – Subjugação; 23 QVS F7 – Privação de afeto e rejeição.

Quanto homogeneidade de variâncias também não foi possível de ser calculada.

3.2.9 Escala de Baixo Autocontrolo

Nos dois grupos verificou-se uma distribuição normal para o *score* total, com $p > .05$ (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). Enquanto o Grupo 1 obteve um $p = .35$, o Grupo 2 + 3 alcançou $p = .19$. No que toca à homogeneidade entre variâncias, também não foi possível de ser calculada, pois faltam pares de dispersão suficientes para calcular a estatística de Levene

Tabela 26

Teste de Normalidade da EA Controlo através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

	Grupo 1			Grupo 2 + Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Total EAControlo	.91	8	.35	.93	19	.19

3.2.10 Número e Gravidade de Ocorrências Disciplinares

Relativamente às duas variáveis *Número de ocorrências disciplinares* e *Gravidade das ocorrências disciplinares* (Tabela 27), não se verificou uma distribuição normal em ambos os grupos, na medida em que obtive $p < .05$ (Field, 2009; Maroco, 2007; Martins, 2011). No que toca à homogeneidade, não foi possível de ser calculada.

Tabela 27

Teste de Normalidade da variável Número de ocorrências disciplinares e Gravidade de ocorrências disciplinares através do Shapiro-Wilk para o Grupo 1 (n = 8), Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

	Grupo 1			Grupo 2 + Grupo 3		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Nº de ocorrências disciplinares	.41	8	<.001	.76	19	<.001
Gravidade de Ocorrências Disciplinares	.41	8	<.001	.75	18	<.001

De acordo com a análise feita, nem todos os instrumentos e itens inerentes, como as variáveis envolvidas apresentam as condições necessárias para a adoção de testes paramétricos, pelo que se torna necessário recorrer a testes não-paramétricos para comparar as possíveis diferenças entre estes dois grupos. Por isso, recorreu-se ao teste de *Mann-Whitney* e ao teste dos postos *Wilcoxon* (Tabela 28 e 29) (Field, 2009; Martins, 2011).

Algo que se esperava - que os dados revelassem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos - não se verificou (Tabela 37), uma vez que tanto as pontuações *Total SQIFA*

($U = 47.50$, $W = 83.50$), do *Total 23 QVS* ($U = 63.50$, $W = 253.50$), *Total AE Controlo* ($U = 74.00$, $W = 264.00$) como as variáveis *Número de ocorrências disciplinares* ($U = 43.00$, $W = 79.00$) e *Gravidade das ocorrências disciplinares* ($U = 46.50$, $W = 82.50$), demonstraram $p > .05$. Contudo, caso fosse considerado um nível de significância estatística de 10% surgiriam diferenças estatisticamente significativas ($p > .10$) no *Número de ocorrências disciplinares*, que apresenta $p = .08$ e diferenças não tão vincadas no que toca à gravidade das mesmas, uma que se verifica um $p = .119$, muito próximo de $.10$.

Tabela 28

Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo 1 (n = 8) e Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

	Grupo 1		Grupo 2 + Grupo 3	
	Posto médio	Soma de Classificações	Posto Médio	Soma de classificações
Total SQIFA	10.44	83.50	15.50	294.50
Total 23 QVS	15.56	124.50	13.34	253.50
Total EA Controlo	14.25	114.00	13.89	264.00
Nº de Ocorrências Disciplinares	9.88	79.00	15.74	299.00
Gravidade das ocorrências disciplinares	10.31	82.50	15.55	295.50

Tabela 29

Estatísticas do teste de Mann-Whitney e teste de soma dos postos de Wilcoxon entre o Grupo 1 (n = 8) e o Grupo 2 + Grupo 3 (n = 19).

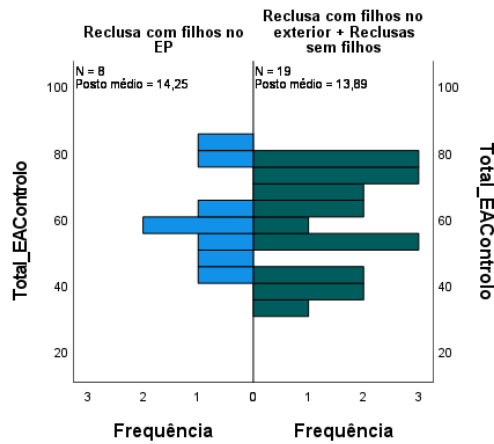
	n	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Sig
Total SQIFA	27	47.50	83.50	-1.52	.13
Total 23 QVS	27	63.50	253.50	-.66	.52
Total EAControlo	27	74.00	264.00	-.11	.94
Nº de Ocorrências Disciplinares	27	43.00	79.00	-1.97	.08
Gravidade das ocorrências disciplinares	27	46.50	82.50	-1.81	.12

^a Sinal assintótico; ^b – Não corrigido para vínculos; ^c - O nível de significância é .050.

Subsequentemente, serão apresentados os gráficos que organizam os dados de acordo com a frequência de cada valor, de forma a facilitar a compreensão relativamente ao que cada grupo pontua mais e qual o posto médio mais elevado (Figura 7, 8, 9, 10 e 11).

Figura 7

Amostras Independentes de Teste U de Mann-Whitney do Total



de Teste U de Mann-SQUIFA.

Figura 8

Amostras Independentes de Teste U de Mann-Whitney do Total 23 QVS.

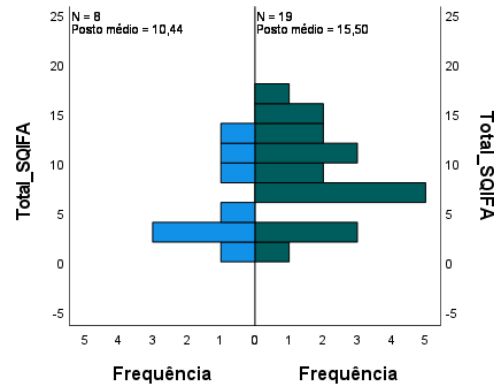


Figura 9

Amostras Independentes de Teste U de Mann-Whitney do Total EA Controlo.

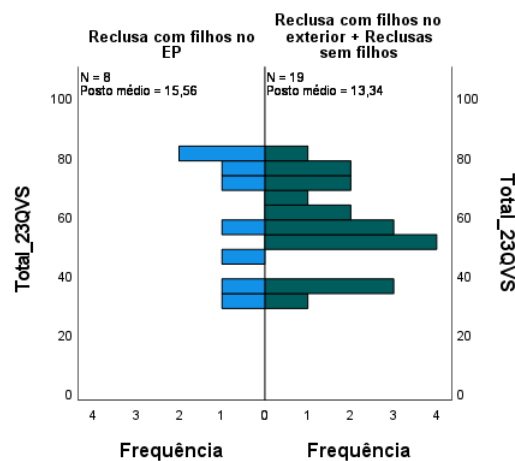


Figura 10

Amostras Independentes de Teste U de Mann-Whitney do Número de Ocorrências Disciplinares.

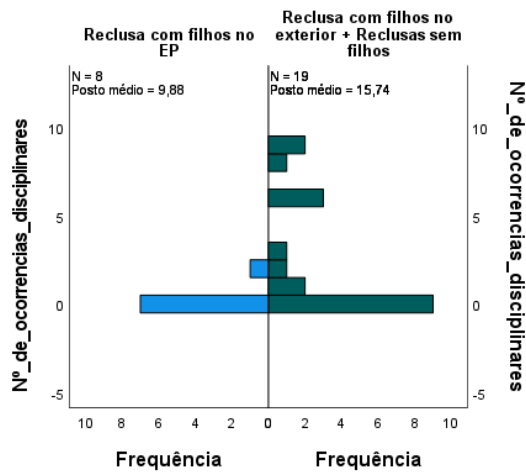
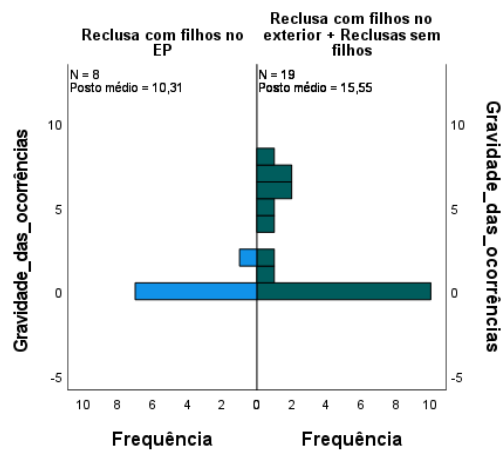


Figura 11

Amostras Independentes de Teste U de Mann-Whitney da Gravidade das ocorrências disciplinares.



4. Discussão

Quando se aborda a reclusão no feminino deve-se manter presente as dificuldades tendenciais que este gênero enfrenta quando comparado ao masculino. A baixa escolaridade e, conseqüentemente, o desemprego e/ou trabalhos precários, o maior número de experiências de abuso e acontecimentos traumáticos vividos e a desorganização familiar são retratados como alguns dos indicadores mais prevalentes nas mulheres reclusas do que nos reclusos (Kalmakis & Chandler, 2015; Solinas-Saunders & Stacer, 2017), o que acaba por impactar a saúde mental, em específico, a vulnerabilidade para o consumo de substâncias psicoativas e tráfico das mesmas (Gauffin et al., 2013; Matos & Cunha, 2020). Isto vai de encontro ao verificado na amostra em estudo, uma vez que das 27 mulheres integrantes nesta investigação apenas 8 completaram o ensino secundário, a maioria antes de se encontrar a cumprir pena mantinha empregos precário e o crime que apresenta maior frequência é o de tráfico de droga. Relativamente à manutenção de consumos de substâncias psicoativas, avaliado através do instrumento SQIFA, apenas 1 mulher demonstrou ter problemas neste âmbito, uma vez que a maioria respondeu de acordo com o contexto e situação em que se encontravam – num EP não pode haver consumos de substâncias psicoativas, tendo este sido um instrumento que facultou poucas informações relevantes.

Adicionalmente aos aspetos referidos, a responsabilidade parental cabe maioritariamente às mulheres (Solinas-Saunders & Stacer, 2017), uma vez que culturalmente, são dotadas de uma identidade de cuidadoras. Apesar das noções poderem ser diferentes de acordo com a raça/etnia, nacionalidade ou classe social, em geral e mantendo a perspetiva ocidental especialmente em mente, estas são consideradas pessoas que de modo inato têm a capacidade de cuidar dos/das seus/suas filhos/as e das famílias, sendo encaradas como a base de todo o sistema familiar (Aiello & McQueeney, 2016; Freitas et al., 2016). Desta forma, pode-se constatar que as conceções de maternidade e paternidade são bastante distintas, uma vez que enquanto o homem é visto como o principal contribuidor a nível económico para o sistema familiar, a mulher é retratada como a principal cuidadora (Freitas et al., 2016).

Seguindo esta lógica e não esquecendo os preconceitos ligados à reclusão no feminino, mulheres reclusas com filhos/as, acabam por ser duplamente julgadas, sendo fortemente consideradas “más mães” (Aiello & McQueeney, 2016; Shamaï & Knochall, 2008), o que acaba por contribuir para o desenvolvimento de sentimentos de culpabilidade, frustração e tristeza ao longo da reclusão (Aiello & McQueeney, 2016; Freitas et al., 2016), tal como foi verificado nesta investigação. Porém, apesar destes sentimentos, as reclusas mães (Grupo 1 e Grupo 2) participantes neste estudo atribuem à maternidade um significado positivo, muito associado ao sentido de propósito, esperança e felicidade (Sapkota et al., 2022).

São várias e diferentes as motivações e perspetivas daquelas que preferem manter as crianças consigo, daquelas que as preferem manter no exterior do contexto prisional, tal como postulado na literatura. Se de um lado as reclusas mães com filhos/as no exterior defendem a

inadequabilidade e instabilidade do contexto como prejudicial para uma criança e perspetivam uma melhor qualidade de vida no exterior, referindo consecutivamente a ideia “fui eu que fiz um erro, sou eu que tenho que pagar por ele”, do outro lado as reclusas acompanhadas pelo/as filhos/as, consideram a companhia da criança como uma fonte de suporte. Estas últimas, tal como retratado na literatura (Freitas et al., 2016; Sapkota et al., 2022), acreditam no impacto positivo que os/as filhos/as têm no combate à solidão e no equilíbrio emocional (Lobo & Howard, 2021; Shamaï & Knochel, 2008), principalmente no aumento da autorregulação emocional e comportamental. Ainda, relativo a este tema, reclusas com filhos/as no exterior, apesar de sobrepujarem os impactos negativos do contexto nas crianças aos benefícios de ter a sua companhia, a maioria revelou que a presença dos/as mesmos/as em nada influenciaria a sua conduta, chegando mesmo a referir que até as tornaria mais reativas.

Quando se analisa o número de ocorrências disciplinares e gravidade das mesmas entre os grupos pertencentes a este estudo, apesar de apenas se demonstrarem estatisticamente significativos num nível de significância estatística de 10%, verifica-se não só que reclusas mães com filhos/as dentro do EP têm menos ocorrências disciplinares, como a gravidade também é menor, quando comparados aos outros dois grupos. No entanto, torna-se relevante mencionar que este resultado não foi obtido no que toca ao autocontrolo, uma vez que não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre grupos, apesar de terem sido obtidas diferentes médias na Escala de Baixo Autocontrolo. Algo que acabou por ser corroborado pela análise das pontuações do 23 QVS. Contrariamente ao referido acima resultante da análise de conteúdo – mães reclusas com filhos/os vêm na presença das crianças uma fonte de autocontrolo e suporte – isto não se verificou na análise quantitativa dos resultados deste instrumento. Isto é, apesar de não serem diferenças estatisticamente significativas, constataram-se discrepâncias nas médias entre grupos, que indicavam que o Grupo 1 (mães com filhos/as na prisão), apresentava uma média mais alta no total deste instrumento, o que se traduz numa maior vulnerabilidade ao stress.

Estes dados podem ser compreendidos devido ao receio que têm do impacto que o contexto possa ter nas crianças, uma vez que está comprovado que a familiarização com ambiente prisional na infância pode ter consequências negativas como dificuldades no afeto, défices cognitivos, desenvolvimento de psicopatologia e aumento da probabilidade de comportamentos desviantes (Aiello & McQueeney, 2016; Freitas et al., 2016), como pode ser pela angústia e ansiedade da separação que poderá vir a acontecer (Leigey, 2019), ou ainda, pelo medo advindo da insegurança do ambiente prisional.

Considerando os objetivos específicos delineados e apesar da dimensão dos grupos de amostra ser diferente, pode-se refletir que a presença da criança acaba por ter influência no número médio de ocorrências disciplinares em reclusas mães com filhos/as quando comparadas aos restantes grupos. Quanto à gravidade das ocorrências disciplinares, apesar das mulheres mães reclusas com filhos/as no exterior apresentarem maior frequência, são as reclusas não mães que apresentam maiores limites de gravidade, neste caso tentativas de agressão a técnicos de serviço.

Outros dos aspetos de estudo desta investigação prendia-se com as dificuldades sentidas pelas reclusas mães no que toca ao exercício do seu papel maternal, sendo que os resultados obtidos vão de encontro à literatura existente encontrada (Freitas et al., 2016; Granja et al., 2015). A distância afetiva e relacional restringe e limita o envolvimento diário na vida dos/as filhos/os, vendo-se, por isso, incapazes de acompanhar o desenvolvimento dos/as mesmos/as, de os proteger, o que acaba por originar e exacerbar o receio de ser esquecida ou até que a criança seja adotada, caso se encontre institucionalizada.

Todas as reclusas foram, também, questionadas quanto à preparação do EP para albergar crianças que acompanhem as mães, tendo as opiniões coincidido com os presentes noutras investigações (Freitas et al., 2016; Nunes et al., 2020). Enquanto os Grupos 1 e 3 defendem que em geral o EP está preparado, o Grupo 2 afirma não estar apontando a falta de condições, como celas com espaço muito limitado e a mistura física de mães com filhos/as com reclusas noutras condições como as principais lacunas. No entanto, todos os grupos referiram que como ponto positivo em comparação com o exterior é disponibilização total de condições de saúde (pediatra e enfermagem) para as crianças e as condições escolares, que neste caso se trata do infantário, que muitas vezes dinamiza atividades no exterior. Foram recolhidas, neste âmbito, sugestões de melhoria, como o aumento da quantidade e qualidade da alimentação dada às crianças, aumento de atividades das mesmas no exterior, aumento do contacto entre as reclusas mães com os/as filhos/as que estão no exterior com os/as mesmos/as, evitar o encerramento das celas no período noturno às mães acompanhadas por crianças e, aumento da vigilância face às práticas maternas das mesmas.

Deste modo, apesar das grandes limitações que a dimensão da amostra trouxe para este estudo, a análise dos dados e tendo subjacente a bibliografia atual, pode-se considerar que os objetivos específicos delineados foram atingidos, confirmando-se as duas hipóteses nulas.

5. Conclusão

Qualquer investigação cujo tema seja uma população de um género específico deve ter em conta as ideias subjacentes associadas ao mesmo. De um modo específico, ao falar-se da reclusão no género feminino, torna-se fundamental explorar profundamente todas as suas componentes, tal como aconteceu na primeira fase deste estudo. A reclusão de mulheres por si só demonstrou, desde início, um tema com pouca literatura quando comparada ao género masculino. Com isto e afunilando para a temática maternidade durante a reclusão, foi escassa a informação encontrada, tornando-se por isso particularmente complexo este estudo e a análise dos resultados obtidos. No entanto e em simultâneo, estas limitações revelam a necessidade e premência de continuar os estudos acerca do comportamento anti social feminino nos seus diferentes contextos e formas de expressão.

Face a isto, e apesar da dimensão muito reduzida da amostra utilizada, este estudo exploratório pode ser considerado como um contributo para o conhecimento teórico nesta área, pois percebeu-se que a maternidade tem influência no comportamento disruptivo das reclusas, assim como tende a facilitar a adaptação ao contexto. Desta forma, abrem-se portas para investigações científicas futuras sobre o tema que englobem um maior número de reclusas e preferencialmente de todos os EP portugueses, a fim de chegar a considerações mais fiáveis e passíveis de generalização.

No entanto, tal como referido, esta investigação não se isenta de limitações, como o facto de conter grupos de amostra muito reduzidos integrados num só EP, o que coloca em questão a representatividade e consistência dos resultados. Outra limitação associada às reclusas é a desejabilidade social, uma vez que podem ter expressado opiniões contrárias às suas de modo a evitarem o julgamento exterior. A fiabilidade, também, deve ser considerada como uma limitação, pois a recolha de dados foi apenas feita por uma pessoa e em momentos diferentes, sendo por isso recomendado que futuramente isto seja tido em conta.

Por fim, sugere-se então que sejam desenvolvidas investigações mais amplas no que toca ao tema maternidade durante o período de reclusão, sendo pertinente explorar as relações entre mãe-filhos/as fora da prisão e quais os impactos da reclusão nesta mesma relação. Seria interessante, ainda, explorar a relação entre reclusas mães e reclusas que estivessem a cumprir pena devido a crimes contra filhos/as.

Para além do supramencionado, seria importante a implementação de programas nos serviços prisionais que se dedicassem à melhoria da experiência maternal, quer seja dentro do EP, quer seja fora, de modo a diminuir os efeitos negativos advindos da separação (stress, ansiedade, baixa autoestima e ideação suicida), quer seja para a promoção de práticas parentais saudáveis e positivas, uma vez que muitas destas mulheres têm modelos de estilos parentais inadequados.

Referências Bibliográficas

- Aebi, M., Cocco, E., Molnar, L., & Tiago, M. M. (2021). *SPACE I – 2021 – Council of Europe Annual Penal Statistics: Prison populations*.
https://wp.unil.ch/space/files/2022/05/Aebi-Cocco-Molnar-Tiago_2022__SPACE-I_2021_FinalReport_220404.pdf
- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação: Um guia prático e crítico*. Edições Asa.
- Aguiar, C. O. (2018). *Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo, numa amostra de jovens adultos*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra].
<http://hdl.handle.net/10316/85436>
- Aiello, B., & McQueeney, K. (2016). “How can you live without your kids?": Distancing from and embracing the stigma of “incarcerated mother”. *Journal of Prison Education and Reentry*, 3(1), 32-49. <http://dx.doi.org/10.15845/jper.v3i1.982>
- Alarcón, P.A., Pérez-Luco, R. X., Wenger, L. S., Salvo, S. I., & Chesta, S. A. (2018). Personalidad y gravedad delictiva en adolescentes con conducta antisocial persistente. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, 9(1), 58-74.
<https://doi.org/10.23923/j.rips.2018.01.015>
- Altikriti, S., Theocharidou, K., & Sullivan, C. J. (2020). Specific theories of crime? A longitudinal assessment of the competing effects of psychopathy and self-control. *Journal of Crime and Justice*, 43(5), 547-567.
<https://doi.org/10.1080/0735648X.2020.1727765>
- Alves, J., Dutra, A., & Maia, A. (2013). História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: Comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 701-709. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300016>
- Artz, L., & Rotmann, B. (2015). Taking ‘A Count’ of women in prison. *Agenda*, 29(4), 3-13. <https://doi.org/10.1080/10130950.2015.1129091>
- Baldwin, L. (2018). Motherhood disrupted: Reflections of post-prison mothers. *Emotion, Space and Society*, 26, 49-56.
<https://doi.org/10.1016/j.emospa.2017.02.002>

- Ballesteros-Pena, A. (2018). Responsibilisation and female imprisonment in contemporary penal policy: 'Respect Modules' ('Módulos de Respeto') in Spain. *Punishment & Society*, 20(4), 458-476. <https://doi.org/10.1177/1462474517710241>
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bishop, F. (2015). Using mixed methods in health psychology: As illustrated discussion from a pragmatist perspective. *British Journal of Health Psychology*, 20, 5-20. <https://doi.org/10.1111/bjhp.12122>
- Campaniello, N. (2019). Women in crime. *IZA World of Labor*, 105. <https://doi.org/10.15185/izawol.105.v2>
- Carvalho, M. J. L., Gomes, S., Duarte, V., & Oliveira, R. (2022). População no sistema prisional português: Evolução e tendências entre 2000 e 2017. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 127, 115-142. <https://doi.org/10.40000/rccs.12883>
- Celinska, K., & Sung, H. (2014). Gender differences in the determinants of prison rule violations. *The Prison Journal*, 94(2), 220-241. <https://doi.org/10.1177/0032885514524882>
- Chambers, A. (2009). Impact of forced separation policy on incarcerated postpartum mothers. *Policy Politics & Nursing Practice*, 10(3), 204-211. <https://doi.org/10.1177/152715440935159>
- Crewe, B., Hulley, S., & Wright, S. (2017). The gender pains of life in imprisonment. *British Journal of Criminology*, 57(6), 1359-1378. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw088>
- Cross, J. (2020). Imprisoning pregnant and parenting women: A focus on social justice, equal rights and equality. *Health & Social Work*, 45(3), 195-201. <https://doi.org/10.1093/hsw/hlaa008>
- Cusson, M. (2011). *Criminologia* (3ª ed.). Casa das Letras.
- Dennison, S., Stewart, A., & Freiberg, K. (2013). A prevalence study of children with imprisoned fathers: annual and lifetime estimates. *Australian Journal of Social Issues*, 48(3), 339-362. <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.2013.tb00286.x>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2021 a). *Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade*.

<https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2021/Q04.pdf?ver=8dtEpzFiC7MxWC-E4dHXUw%3d%3d>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2021 b). *Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade,* por crimes.

<https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2021/Q09.pdf?ver=RtBI6VpWyjPMsoConMyOqg%3d%3d>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2021 c). *Reclusos condenado existente em 31 de dezembro, segundo as penas e medidas aplicadas, por sexo e nacionalidade.*

<https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2021/Q07.pdf?ver=eqL1rJZaZ27emjnGuQQTIA%3d%3d>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2021 d). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2020.* <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3D>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2021.* <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLIoNgcAIUgtZwUAAAA%3d>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023 a, abril 28). *Quadro 05 – Reclusos existentes em 31 de dezembro segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade* – 2021.

<https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2021/Q05.pdf?ver=LYvnriUrUgHllR5Wn3Tupg%3d%3d>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023 b, abril 28). *Quadro 05 – Reclusos existentes em 31 de dezembro segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade* – 2022.

https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2022/Q-05-Rcls.pdf?ver=Qz4TRCM_MwQuF2PjJtWkHQ%3d%3d

Drapalsky, A. L., Youman, K., Stuewing, J., & Tangney, J. (2009). Gender differences in jail inmates' symptoms of mental illness, treatment history and treatment

- seeking. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 19(3), 193-206. <https://doi.org/10.1002/cbm.733>
- Easterling, B. A., Feldmeyer, B., & Presser, L. (2019). Narrating mother identities from prison. *Feminist Criminology*, 14(5), 519-539. <https://doi.org/10.1177/1557085118773457>
- Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*. (3rd ed.). SAGE
- Flores, N. M. P., & Smeh, L. N. (2018). Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 28(4). <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280420>
- Fonseca, A. C. (2002). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.
- Freitas, A. M., Inácio, A. R., & Saavedra, L. (2016). Motherhood in Prison: Reconciling the irreconcilable. *The Prison Journal*, 19(3), 415-436. <https://doi.org/10.1177/0032885516635129>
- Friedrich, W. (2020). Women in prisons. Personality and temperamental characteristics. *Personality and Individual Differences*, 167, 1-3. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110218>
- Gauffin, K., Vinnerljung, B., Fridell, M., Hesse, M., & Hjern, A. (2013). Childhood socioeconomic status, school failure and drug abuse: A Swedish national cohort study. *Addiction*, 108(8), 1441-1449. <https://doi.org/10.1111/add.12169>
- Gonçalves, R. A. (1993). *A adaptação à prisão: um processo vivido e observado*. Direção-Geral dos Serviços Prisionais.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3ª ed.). Quarteto.
- Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559-584. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000013>
- Granja, R., da Cunha, M. I. P., & Machado, H. (2015). Mothering from prison and ideologies of intensive parenting: enacting vulnerable resistance. *Journal of Family Issues*, 36(5), 1212-1232. <https://doi.org/10.1177/0192513X14533541>

- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30, 5-29.
- Kalmakis, K., & Chandler, G. (2015). Health consequences of adverse childhood experiences: A systematic review. *Journal of the American Association of Nurse Practitioners*, 27(8), 457-465. <https://doi.org/10.1002/2327-6924.12215>
- Lahm, K. (2016). Official incidents of inmate-on-inmate misconduct at a women's prison: Using importation and deprivation theories to compare perpetrators to victims. *Criminal Justice Studies*, 29(3), 214-231. <http://dx.doi.org/10.1080/1478601X.2016.1154263>
- Leigey, M. E. (2019). Female institutional misconduct: A teste os deprivation, importation, and gendered importations theories. *The Prison Journal*, 99(3), 342-362. <https://doi.org/10.1177/0032885519837532>
- Lobo, J., & Howard, M. (2021). Women in prison: Na examinations of the support needs of women in custody with children. *Corrective Research Evaluation and Statistics*, 4, 1-16.
- Lombroso, C., & Ferrero, G. (1893). *Criminal woman, The Prostitute, and The Normal Woman*. Duke University Press
- Loper, A. B. (2006). How do mothers in prison differ from non-mothers. *Journal of Child and Family Studies*, 15, 83-95. <https://doi.org/10.1007/s10826-005-9005-x>
- Mariano, G. J.S., & Silva, I. A. (2018). Significando o amamentar na prisão. *Texto Contexto Enfermagem*, 27(4). <https://doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. (3ª ed.). Edição Sílabo
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (2016). *Designing qualitative research* (6 ed.). Sage Publications.
- Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Psíquilibrium Edições
- Matos, R. (2007). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* [Tese de Doutoramento,

Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho]. RepositóriUM.
<https://hdl.handle.net/1822/6248>

Matos, R., & Cunha, M. I. (2020). O tráfico de droga no panorama da reclusão de mulheres de nacionalidade estrangeira em Portugal: algumas linhas de força e tendências. In P., Fraga, & M. C., Carvalho. *Drogas e Sociedade. Estudos comparados Brasil e Portugal* (61-70). Letra Capital Editora.

Matos, R., & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: Discursos no feminino. *Análise Social*, 185, 1041-1054. <http://hdl.handle.net/10400.14/3783>

Matos, R., & Machado, C. (2012). Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia. *Análise Psicológica*, 30, 33-47. <https://doi.org/10.14417/ap.529>

Mauá, F. H. N., & Baltieri, D. A. (2012). Criminal career-related facts among female robbers in State of São Paulo, Brazil, and presumed 'revolving-door' situation. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 34(2), 176-184. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462012000200010>

Nunes, L. R.C., Deslandes, S. F., & Jannotti, C. B. (2020). Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: A encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(12). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00215719>

Pinto, R., & Oliveira, A. (2020). Reclusão feminina: As implicações da visita íntima na adaptação à prisão. *Ex æquo*, 41, 163-177. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.10>

Pendleton, V. E., Schmitgen, E. M., & Davis, L., & Schlafer, R. J. (2022). Caregiving arrangements and caregiver well-being when infants are born to mothers in prison. *Journal of Child and Families Studies*, 31, 1894-1907. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02089-w>

Pollak, O. (1950). *The criminality of women*. University of Pennsylvania Press.

Powell, C., Marzano, L., & Ciclitira, K. (2017). Mother-infant separations in prison. A systematic attachment-focused policy review. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 28(2), 274-289. <https://doi.org/10.1080/14789949.2016.1204465>

- Reidy, T. J., Cihan, A., & Sorensen, J. R. (2017). Women in prison: Investigating trajectories of institutional female misconduct. *Journal of Criminal Justice*, *52*, 49-56. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.07.013>
- Reidy, T. J., & Sorensen, J. R. (2018). The influence of sentence length on the commission of serious and violent prison infractions by female inmates. *Criminal Justice and Behaviour*, *45*(9), 1420-1434. <https://doi.org/10.1177/0093854818773791>
- Rodermond, E., Kruttschnitt, C., Slotboom, A., & Bijleveld, C.C. (2016). Female desistance: A review of the literature. *European Journal of Criminology*, *13*(1), 3-28. <https://doi.org/10.1177/1477370815597251>
- Sapkota, D., Dennison, S., Allen, J., Gamble, J., Williams, C., Malope-Rwodzi, N., Baar, L., Ransley, J., & McGee, R. (2022). Navigating pregnancy and early motherhood in prison; A thematic analysis of mothers' experiences. *Health & Justice*, *10*(32), 1- 15. <https://doi.org/10.1186/s40352-022-00196-4>
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência e Saúde Colectiva*, *5* (1), 187-192. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>
- Serra, A. V. (2000). Construção de uma escala para avaliar a vulnerabilidade ao stress: A 23 QVS. *Psiquiatria Clínica*, *21*(4), 279-308. <http://hdl.handle.net/10400.4/193>
- Shamai, M., & Kochal, R. (2008). "Motherhood starts in prison": The experience of motherhood among women in prison. *Family Process*, *47*(3), 323-339. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2008.00256.x>
- Solinas-Saunders, M., & Stacer, M. J. (2017). A retrospective analysis of repeated incarceration using national sample: What makes female inmates different from male inmates?. *Victims & Offenders*, *12*, 138-173. <https://doi.org/10.1080/15564886.1101033>
- Tuerk, E. H., & Loper, A. B. (2006). Contact between incarcerated mothers and their children: Assessing parenting stress. *Journal of Offender Rehabilitation*, *43*, 23-43. https://doi.org/10.1300/J076v43n01_02
- Youth Justice Board for England and Wales. (2011, março 13). *Young offenders: Assessment using "SIFA" and "SQIFA"*.

<https://www.gov.uk/government/publications/young-offenders-assessment-using-sifa-and-sqifa>

Anexos

Anexo 1 – Parecer da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior



comissaodeetica@ubi.pt
Convento de Santo António
6201-001 Covilhã | Portugal

Parecer relativo ao processo n.º CE-UBI-Pj-2022-069-ID1535

Na sua reunião de 20 de dezembro de 2022, a Comissão de Ética apreciou a documentação científica submetida referente ao pedido de parecer do projeto “**O papel da maternidade no comportamento disruptivo de jovens mulheres em situação de reclusão**”, do proponente **Diamantino José Figueiredo Santos**, a que atribuiu o código n.º CE-UBI-Pj-2022-069.

Na sua análise não identificou matéria que ofenda os princípios éticos e morais, sendo de parecer que o estudo em causa pode ser **aprovado**.

Covilhã e UBI

A Presidente da Comissão de Ética

Assinado por : **AMÉLIA MARIA MONTEIRO
FERNANDES NUNES**
Num. de identificação: B1102417849
Data: 2023.01.03 08:45:39+00'00'



(Professora Doutora Amélia Maria Monteiro Fernandes Nunes)

(Professora Auxiliar)

Anexo 2 – Ofício de Autorização para a Investigação Científica



Exmo(a) Senhor(a)
Doutor Diamantino José Figueiredo dos Santos
Diamantino.santos@ubi.pt

Dra. Bruna Filipa Esteves Pinto
Bruna.filipa.esteves.pinto@ubi.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		61/CCCRE	20.03.2023

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Psicologia Clínica na UBI

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Prof. Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, datado de 16/03/2023, a Dra. Bruna Filipa Esteves Pinto está autorizada, no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica na Faculdade de Psicologia da Universidade da Beira Interior – Covilhã, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino e no Estabelecimento Prisional de Tires.

Dada a dimensão da amostra pretendida, nomeadamente no que respeita a mulheres com filhos no EP, não será possível recolher os dados apenas num estabelecimento prisional, nem tão pouco encontrar 20 mulheres em todo o sistema prisional, pelo que se propõe que o estudo abranja também o EP Tires, procurando obter o maior número possível para este grupo.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

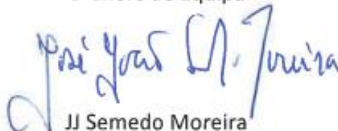
Morada 1: Travessa Cruz do Torel, 1 – 1150-122 Lisboa
Morada 2: Rua Braamcamp, 90 – 1250-012 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
correlo.dgrsp@dgrsp.mj.pt | dgrsp.justica.gov.pt

Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas
Travessa Cruz do Torel, 1 – 1150-122 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
cccre@dgrsp.mj.pt

- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia ao Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Equipa


JJ Semedo Moreira

ML/2022

Anexo 3 – Consentimento Informado do Protocolo

Consentimento Informado

Título da dissertação: “*O papel da maternidade no comportamento disruptivo de mulheres em situação de reclusão*”

O meu nome é Bruna Filipa Esteves Pinto e sou investigadora principal do estudo acima mencionado, que tem como objetivo compreender o impacto que a maternidade tem na adaptação, bem-estar e níveis de disrupção emocional em jovens mulheres que se encontram em situação de reclusão, no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.

Venho por este meio pedir a sua colaboração e participação neste projeto, de modo que seja possível a sua concretização e êxito.

O que se solicita é o preenchimento de alguns instrumentos de avaliação psicológica, sendo que não existirão quaisquer benefícios, riscos, inconvenientes ou despesas que decorram desta participação.

Esta investigação integra como investigadores: eu, Bruna Pinto (investigadora principal), o Prof. Dr. Diamantino Santos (orientador) e, ainda, o Prof. Dr. Manuel Loureiro (coorientador). De mencionar que não existe qualquer financiamento para este projeto, nem para os investigadores envolvidos.

No que toca à confidencialidade, esta é garantida, uma vez que o nome será substituído por um número de registo e apenas os investigadores integrados na investigação terão acesso aos dados obtidos, que em todo o caso não serão divulgados, pois serão codificados.

A participação é voluntária e pode decidir não participar a qualquer momento da investigação, sem qualquer tipo de prejuízo envolvido.

A decisão de participar é voluntária, livre e informada pelo presente documento, no entanto, caso tenha alguma dúvida, ou seja, necessária informação adicional para que a decisão seja tomada, poderá ser colocada através do email bruna.filipa.esteves.pinto@ubi.pt.

Ao assinar esta declaração confirmo em nome da equipa de investigação que transmiti toda a informação nela contida e expliquei e dei resposta a todas as questões e dúvidas apresentadas pela participante.

Assinatura da investigadora:

Data: ___/___/_____

Ao assinar este documento confirmo que li e compreendi a informação nele contido e, que irei colaborar livremente nesta investigação, após ter tido o tempo suficiente para decidir e ponderar sobre os tópicos descritos.

Aceito participar nas tarefas que me são solicitadas, sabendo que nada me impede de mudar de posição, sendo que poderei manifestar o meu desejo de não colaborar, sem que tal implique quaisquer perdas de direitos ou acarrete prejuízos pessoais.

Tenho conhecimento de que um original deste documento, assinado por ambas as subscritoras, fica na minha posse.

Assinatura da participante:

Data: ___/___/_____

Anexo 4 – Questionário Sociodemográfico

Número: _____

Data: ____/____/____

Questionário Sociodemográfico

Caracterização

Idade: _____ Género: _____ Sexo: _____

Estado civil: Solteira | Casada ou em União de Facto | Divorciada ou Separada | Viúva

Constituição do agregado familiar na atualidade: _____

Qualificações

Anos de escolaridade: _____

Situação profissional antes da detenção: _____

Contexto de Reclusão

Já teve reclusão: Sim | Não N.º de vezes reclusão: _____

Idade da 1ª reclusão: _____ Tipo de Crime(s): _____

Data de saída da última reclusão: _____

Qual a duração da pena atual? _____ Anos já cumpridos: _____

Tipo de crime(s) cometido: _____

Situação: Preventiva | Condenada Recebe visitas regularmente? Sim | Não

Tem apoio familiar: Sim | Não

Já se envolveu em conflitos na prisão? Sim | Não Se sim, quantos? _____

Que tipo de conflitos e por que razão? _____

Maternidade

É mãe? Sim | Não Se é mãe, quantos filhos/as tem? _____

Algum/a vive/viveu no EP? Sim | Não Qual a idade dos/as filhos/as? _____

Caso tenha filhos/as e não vivam no EP, onde e com quem estão os seus/suas filhos/as? _____

Questões para o técnico

N.º e tipo de ocorrências disciplinares desde a data de entrada no E.P:

Data	Tipo de ocorrência disciplinar	Penalização

Anexo 5 – Entrevista Semiestruturada Sobre Maternidade dos Diferentes Grupos de Amostras

Número: _____

Data: ____/____/____

Maternidade

Mulheres com filhos na prisão

Queria agora pedir-lhe se podíamos falar sobre a maternidade e o que esta significa para si.

Para si, o que significa ser mãe?

Como se sente ao ser mãe na prisão?

Como é que acha a companhia da criança influencia o seu comportamento?

Sente que a sua conduta poderia ser diferente caso não estivesse acompanhada por algum/pelo(s)/a(a) seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s)? _____

Por que razões? _____

Acha que os serviços prisionais estão preparados para que uma criança acompanhe a sua progenitora durante a reclusão? _____

Por que motivo(s)? _____

Tem alguma sugestão para dar aos serviços que permita melhorar a relação entre as mães e os filhos durante o tempo em que estas estão reclusas? _____

Número: _____

Data: ____/____/____

Mulheres que sejam mães, sem filhos na prisão

Para si, o que significa ser mãe?

Acha que se tivesse a companhia dos/de um dos seus filhos seria benéfico para si?

Por que motivo(s)?

Sente algumas dificuldades devido ao facto de não ter aqui o/a seu/sua filho/a?

Que dificuldades são estas?

Sente que a sua conduta poderia ser diferente caso estive acompanhada pelo(s)/a(s)/por algum do(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s)?

Acha que os serviços prisionais estão preparados para que uma criança acompanhe a sua progenitora durante a reclusão?

Por que motivo(s)?

Tem alguma sugestão para dar aos serviços que permita melhorar a relação entre as mães e os filhos durante o tempo em que estas estão reclusas?

Número: _____
Data: ____/____/____

Mulheres que não são mães

Gostaria de ser mãe? _____

Por que razões? _____

Acha que ter a companhia de uma criança poderia ser benéfico para si enquanto estivesse reclusa? _____

Por que razão? _____

Acha que existe alguma diferença de comportamento entre as mulheres reclusas que têm os filhos com elas na prisão e as mulheres que não têm filhos ou não têm os filhos com elas na prisão? _____

Que diferenças identifica? _____

Se tivesse filhos/as acha que seria benéfico para si estar com eles na prisão? _____

Acha que os serviços prisionais estão preparados para que uma criança acompanhe a sua progenitora durante a reclusão? _____

Por que motivo(s)? _____

Tem alguma sugestão para dar aos serviços que permita melhorar a relação entre as mães e os filhos durante o tempo em que estas estão reclusas? _____

Anexo 6 - Screening Questionnaire Interview for Adolescents (SQIFA)

Entrevista de Rastreio de Saúde Mental para Adultos

(SQIFA; 2011)

Nome: _____ Data: ___/___/___

Sistema de cotação da seção A	0 - Não	1 – Às vezes	2 – Sim, frequente
-------------------------------	---------	--------------	--------------------

Seção A

Todas as seguintes questões são para ser respondidas pelo/a entrevistado/a

UTILIZAÇÃO DE ÁLCOOL	Cotação
Acha que o álcool tomou conta da sua vida e está fora de controlo?	
Sente-se deprimido, zangado ou ansioso se não estiver a beber?	
Total	

UTILIZAÇÃO DE DROGAS	Cotação
Acha que a droga tomou conta da sua vida e está fora de controlo?	
O facto de pensar que não está a utilizar droga deixa-o/a zangado/a, preocupado/a ou deprimido/a?	
Total	

DEPRESSÃO	Cotação
Sente-se muito triste, mesmo em baixo, miserável?	
Não gosta de si ou da sua vida?	
Total	

EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS (PSPT), p.e. acidentes, abuso, agressões	Cotação
Tem imagens ou pensamentos de acontecimentos perturbadores que não consegue parar?	
Tem memórias poderosas de acontecimentos perturbadores que o/a fazem sentir mal, com medo ou zangado?	
Total	

ANSIEDADE/PREOCUPAÇÕES EXCESSIVAS/STRESS	Cotação
Tem ataques de pânico, i.e., um medo incontrolável, o coração a bater, o estomago e doer?	
Sente-se preocupado/a-assustado/a por longos períodos de tempo?	
Total	

DANO AUTO INFLINGIDO	Cotação
Já se magoou a si próprio/a, p.e., cortar-se ou tomar uma overdose?	
Pensa em magoar-se ou em se matar?	
Total	

Recomendações	0/1 – Sem problema	2 - Avaliar	3/4 – Intervenção prioritária
----------------------	--------------------	-------------	-------------------------------

Seção B Questões para a pessoa responder sim ou não

	Sim/Não
Alguma vez teve tratamento para os assuntos que estivemos a falar (depressão, PSPT, ansiedade, uso de álcool ou drogas, autoagressão)?	
Alguma vez foi a uma psicólogo/psiquiatra/terapeuta por causa de algum destes assuntos?	
Alguma vez tomou medicamentos por causa do seu comportamento, do que pensa ou sente?	

Se alguma destas questões foi respondida sim	Considerar entrevista clínica aprofundada
--	---

Seção C As seguintes questões são baseadas em observação direta e outras informações que se possam ter obtido de um familiar ou outra pessoa que conheça bem o entrevistado/a

Sistema de cotação da seção C	0 - Não	1 – Às vezes	2 – Sim, frequente
-------------------------------	---------	--------------	--------------------

AGITAÇÃO PSICOMOTORA/IMPULSIVIDADE	Cotação
Apresenta uma atividade exagerada e duradoura e comportamentos impulsivos mais do que seria espectável?	
Esta atividade exagerada ocorre em qualquer hora e em todos os locais?	
Total	

SINTOMAS PSICÓTICOS	Cotação
Está preocupada sem razão ou frequentemente interpreta de forma errada as situações?	
Acha que tem comportamentos aleatórios ou parece responder a vozes ou vê coisas inexistentes?	
Total	

Valor total	0/1 - Sem problema	2 - Avaliar	3/4 - Intervenção prioritária
--------------------	--------------------	-------------	-------------------------------

Próximo passo

Repetir	Repetir este instrumento de rastreio em 4-6 semanas caso exista alguma mudança ou acontecimento significativo
Entrevista clínica aprofundada	Entrevista clínica realizada por psicólogo ou psiquiatra

Plano de ação	

Assinatura: _____ / /